----------ATA Nº. 12----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023: Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 9; ----------

2) Votação da Ata n.º 10; ----------

3) Votação da Ata n.º 11; ----------

4) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

5) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

6) Proposta n.º 24/2023 – Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Sem Fins Lucrativos – Análise contributos apresentados em sede de consulta pública; ---------

7) Proposta n.º 30/2023 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no domínio do Estacionamento Público; ----------

8) Leal & Associados SROC, Lda – Parecer do Auditor Externo e Certificação Legal de Contas 2022; ----------

9) Proposta n.º 39/2023 – Inventário e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022; ----------

10) Proposta n.º 40/2023 – Proposta de Adesão à DestiNature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza; ----------

11) Proposta n.º 41/2023 – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Mealhada para o ano de 2023; ----------

12) Plano Municipal Para a Igualdade e a Não Discriminação – Município de Mealhada; ----------

13) CPCJ – Relatório Anual de Atividade 2022. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos,

Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----
Os Senhores Deputados Municipais, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Rui Manuel Ribeiro César e Elisa Carla de Abreu Simões solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo e Rosa Maria Sousa. ----------
A Senhora Deputada Municipal Susana Catarina Simões de Almeida solicitou igualmente substituição, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Salvador Veloso, não tendo no entanto este comparecido na Sessão ou requerido substituição em tempo útil. ----------
Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Ricardo Jorge Gonçalves dos Santos, José Carlos Calhoa Morais e Luís Filipe Tovim Ferreira, em substituição de Rui Manuel Leal Marqueiro. ----------
De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Isabel Cristina Carvalho Alves, Carlos Teixeira das Neves, Marco Eugénio da Silva Coelho e Marta Neves. ----------
1) No uso da palavra, a Senhora Isabel Alves iniciou por alertar para o facto de na instalação elétrica da iluminação no Lago de Luso terem passado com um tubo rígido, com cabos elétricos no interior, dentro de uma calha de escoamento de águas pluviais, a qual foi tapada com cimento, o que poderá resultar em dois problemas: a água não vai ser escoada devidamente e o facto dos cabos elétricos poderem entrar em contato com água, o que com as grelhas de metal, origina um risco elétrico grave no espaço público. Em relação aos candeeiros que foram colocados no Lago para substituir os antigos, considera que não se enquadram no espaço e não tem potência necessária para iluminar convenientemente os caminhos e o espaço verde. Questionou porque continuam os regos sem água, e se já existe solução para tal problema. Perguntou para quando está prevista a reparação dos passeios de Luso, encontrando-se as lajes desniveladas e partidas, tendo inclusive em frente ao chafariz ocorrido várias quedas. Continuou dizendo que na última Assembleia foi dito que as competências e responsabilidades da Fonte de São João e Lago tinham sido transferidas para a Junta de Freguesia de Luso, mas questionando o Senhor Presidente da citada Junta, em sede de Assembleia de Freguesia, sobre a reparação e jardinagem desses espaços, o mesmo esclareceu que a Câmara Municipal unicamente transferiu a responsabilidade de varrer, retirar lixo de caixotes, cortar a relva e tirar ervas dos jardins, e como tal questiona para quando a reparação do piso da Fonte de São João, deteriorado em resultado das raízes dos cedros, que já deveriam ter sido cortados. Prosseguiu referindo os tanques de água, que foram esvaziados para reparar as ruturas que exibiam, mas no entanto continuam a

apresentar fugas de água. Finalizou questionando se já existe projeto para requalificação dos jardins da Avenida Emídio Navarro, alertando para o perigo da primeira pérgula junto do café, que tem os barrotes a cair e com as madeiras podres. (início: após 02 minutos; fim: após 06 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que relativamente à questão elétrica, os Serviços informaram que não existia risco e que não perturba a grelha, no entanto iria solicitar nova averiguação. Sobre a iluminação no Lago de Luso disse que lhe foi transmitido que até existia luz a mais nesse espaço e que em alguns eventos futuros com determinadas características eventualmente seria necessário desligar a iluminação, tendo sido acrescentados três postes ao que existia e em LED, num projeto conjunto com a E-Redes. Quanto ao rego sem água, disse que já se deslocou ao local, em conjunto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso e outras pessoas de Luso, e não se conseguiu identificar a origem do problema, acrescentando que existiu há uns anos uma derrocada junto ao pavilhão e que alguém desviou o curso de água, não conseguindo obter informação de quem seria o responsável nem de que forma o fez e que agradecia a quem sabe que lhe transmitisse claramente essa informação. Em relação a passeios e pavimentos informou que os Serviços já efetuaram algumas reparações e está ser preparado projeto para realizar alguns acertos para poder intervir mais a fundo nessa questão, sendo que em relação à Fonte de São João confirma que a limpeza e arranjo do jardim é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Luso e que iria inteirar-se sobre o estado do piso, acrescentando que as fugas dos tanques tinham sido resolvidas e que se continuam a verter água teria de se analisar a origem. Finalizou, quanto aos barrotes no jardim na Avenida Emídio Navarro, disendo que o mesmo necessita de uma intervenção e que assim que fosse efetivada a contratação de um arquiteto paisagista a questão avançaria. (início: após 06 minutos; fim: após 14 minutos) ----------

2) No uso da palavra, o Senhor Carlos das Neves iniciou por assinalar que a sua intervenção se devia a uma obra no lugar de Santa Luzia. Já esteve presente em duas Assembleias da Freguesia de Barcouço e não obteve respostas quanto ao problema do seu poço ter ficado sem água. Questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço se era ele o engenheiro responsável pela obra, o qual lhe confirmou que sim, e que tendo sido eleito pela população deveria, assim como o Senhor Vereador José Calhoa Morais, zelar pelos interesses do povo da localidade. Referiu ainda que uma faixa de terreno que tinha sido aberta para os incêndios, dessa zona até ao lugar de Quinta Branca, foi vedada, e que já lhe bastava a passagem constante de camiões às cinco horas da manhã mesmo à sua porta, e que se abrirem uma estrada como pretendem, só vai aumentar tal problema. Terminou dizendo que outras pessoas sofreram consequências de tal obra, apelando a que a questão seja atendida e se resolva o problema. (início: após 15 minutos; fim: após 21 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que os Serviços já estão no terreno a averiguar a

situação, da qual já tinha sido alertado por outras pessoas assim como pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Barcouço, e que se tratam de três obras distintas. Uma delas é o caminho florestal que foi interrompido, em que uma empresa adquiriu terrenos e fez uma vedação, sem licenciamento, cortando acesso a outras propriedades e até para o combate aos incêndios, situação que está a ser analisado com urgência, tendo o projeto de licenciamento já dado entrada nos Serviços, estando em análise. Sobre as outras duas obras, tratam-se de movimentos de terras e recuperação de um edifício existente e dos quais não existem qualquer tipo de pedido de licenciamento junto dos Serviços Camarários. Terminou referindo que as empresas são fundamentais para o Concelho mas que ninguém está acima da Lei, e que já contatou a empresa em questão e os mesmos deram indicação que iriam proceder o mais rapidamente à entrega dos requerimentos de licenciamento e que as intervenções nos terrenos se deveram à limpeza dos mesmos de modo a limitar a perigosidade de incêndio. Terminou vincando que existem um conjunto de exigências legais que devem ser cumpridas, e que os Serviços estão a trabalhar no sentido de atuar, num sentido ou noutro. (início: após 21 minutos; fim: após 26 minutos) ----------

3) No uso da palavra, o Senhor Marco da Silva iniciou por referir que se manifestava em nome da empresa MAXIVIDRO, S.A., solicitando à Mesa o acréscimo de um ponto à Ordem de Trabalhos, nomeadamente a *Desafetação e Subsequente afetação de áreas ao Domínio Público Municipal – MAXIVIDRO – Transformadores e Distribuição de Vidro S.A.,* o qual foi reprovado na última sessão da Assembleia Municipal, dado considerar não terem sido fornecidas todas as informações relativas aos processo aos Senhores Deputados Municipais. Prosseguiu dizendo que este é um ponto importante para a empresa, para a mesma maximizar o seu trabalho e expandir, criando mais postos de trabalho. Acrescentou que tinha apresentado junto dos Serviços Municipais competentes um Pedido de Informação Prévia (PIP) para expansão da fábrica no lote 35, zona a poente, o qual foi aprovado em reunião de Câmara e também na Assembleia Municipal, contudo não foi aprovada a desafetação da área classificada como RAN pelas entidades competentes, o que impossibilitou portanto o cumprimento da carta de compromisso assumida pela MAXIVIDRO aquando do citado pedido, sendo que desta impossibilidade decorre o actual pedido de informação prévia atual de construção/ampliação a sul, com área de 1722m^2, o qual obteve parecer favorável embora limitado pelo condicionamento de desafetação/afetação de áreas ao domínio público. No seguimento dessa necessidade de ampliação das instalações fabris, a empresa MAXIVIDRO adquiriu um terreno pelo valor de 167 mil euros, num investimento avultado com intuito de construir o edifício projetado para zona sul, consubstanciando assim a substituição da pretensão objeto do dito reconhecimento de interesse municipal e da carta compromisso assumida, permitindo ainda cumprir com as condicionantes do pedido de informação prévia anteriormente aprovado, isto em caso de aprovação do Município da dita desafetação/afetação das áreas em causa, promovendo ainda a regularização do traçado rodoviário, o qual será custeado pela MAXIVIDRO.

Terminou referindo que apesar das dificuldades inerentes à não ampliação, a empresa aumentou o número de funcionários em 10 postos de trabalho. (início: após 26 minutos; fim: após 33 minutos) ----------

Ato contínuo, usou da palavra ao Senhor Presidente da Mesa que informou já estava programado que esse assunto iria ser submetido à votação para admissão na ordem de trabalhos, conforme solicitado pela Câmara Municipal, entidade que o pode fazer. (início: após 33 minutos; fim: após 34 minutos) ----------

4) No uso da palavra, a Senhora Marta Neves teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Boa noite, cumprimento desde já o executivo municipal, senhores vereadores, público que assiste no cineteatro e em casa, através do streaming. Em nome do Bloco de Esquerda, solicitamos ao Senhor Presidente, alguns esclarecimentos: ----

A inflação aumenta e afeta quem mora e trabalha na Mealhada, com aumento do custo de vida e deterioração dos salários, ainda no seguimento da crise sanitária e social da COVID-19. Os bens de primeira necessidade, como gás, eletricidade, alimentos e rendas, estão mais onerosos que no início do ano. Além das IPSS, as associações culturais e desportivas também estão sendo afetadas pelo aumento dos custos. As famílias mais desprotegidas, sobretudo as que vivem nas habitações do município, estão ainda mais vulneráveis à pobreza. No programa eleitoral do Movimento, poder-se-ia ler o seguinte, passo a citar: "Implementar Plano Municipal de Apoio à Família com o objetivo de promover o bem-estar e qualidade de vida das famílias residentes e a fixação de novas". Onde se pode consultar esse plano municipal? Porque não se encontra na página de "internet" do município? ----------

O executivo municipal fez um ajuste direto com o Diário As Beiras, no valor de 9.622,62 euros. A Câmara Municipal tem direito a colocar 90 anúncios até 2025. O valor total de cada anúncio será de cerca de 107 €. Após a contratação da empresa do Diário de Coimbra para fazer as agendas municipais, agora o diário As Beiras. Soubemos que a Câmara adquiriu também espaços publicitários no sítio web do Bairrada Informação por 10.512,00€. Pergunto se a Câmara também comprou espaços para anunciar no Jornal da Mealhada, Jornal da Bairrada ou na Rádio Clube da Pampilhosa? ----------

Congratulamo-nos com as iniciativas recentes sobre mobilidade no concelho, como a do "autocarro humano" ou "Boleia Humana". Mas, infelizmente, o nosso concelho está longe de estar preparado a este nível e de ser inclusivo. A acessibilidade, por exemplo, ao centro de saúde da Mealhada, continua a não estar preparada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Não há nenhum parque infantil no nosso município que seja inclusivo e só recentemente é que a escola secundária beneficiou de um elevador, garantindo finalmente condições de fácil acessibilidade para todos. Na escola ao lado, isso não existe em nenhum dos blocos. Os anos de atraso sobre a implementação do que está na lei é conflituante com a realidade. É urgente, responder o mais rápido possível a estas necessidades. Que planos tem o executivo para melhorar estas situações? ----------

Sobre a recente polémica acerca da situação financeira do Agrupamento de escolas, apesar dos esclarecimentos que o sr presidente foi dando sobre verbas que já transferiu e sobre outras que considera não ter recebido competências para tal, parece que a situação não melhorou, pois soubemos, por exemplo, que neste momento não há verbas para financiar visitas de estudo que ocorrerão ainda durante este período, a alunos com escalão A e B. Como é isto possível? Depois dos anos de pandemia, depois de tantas restrições a estas atividades por questões de saúde, como se pode estar a vedar, ainda por cima, a alunos mais carenciados, a oportunidade de participar neste tipo de ações tão benéficas para as aprendizagens, e sobretudo para a saúde mental das nossas crianças e jovens? ----------
Como tornámos público, o BE já entregou na assembleia da república, uma pergunta ao MEC sobre este caso particular do agrupamento, apanhado entre a cessação de um contrato interadministrativo e a interpretação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. ----------
Sabemos que o grupo Sonae vai instalar-se no concelho da Mealhada, com a marca Modelo/Continente. Uma das promessas eleitorais do Movimento, era valorizar e qualificar áreas comerciais do concelho, tornando-as mais atrativas; promover o comércio local; modernizar mercados semanais / periódicos nas diferentes freguesias do concelho e recuperar a Feira de Artesanato e Gastronomia. Dessas quatro promessas, só cumpriu uma, que foi recuperar a Feira de Artesanato e Gastronomia. No programa eleitoral do Movimento não constava a instalação de várias cadeias de supermercados na Mealhada, mas elas aí estão (mesmo em frente a escolas, com alunos a cair já na tentação de comprar pizzas para o almoço em vez de irem à cantina). O Sr presidente acredita mesmo que estes supermercados vão ajudar o comércio local? ----------
Sobre a panóplia de iniciativas festivas, verificamos que não há dinheiro para investir na educação, mas para festas parece não faltar. Os senhores que atualmente fazem parte do Movimento e que, anteriormente, fizeram parte do Partido Socialista, criticaram tanto o executivo anterior, dizendo que o PS só realizava festas, que era para entreter o povo, mas os senhores seguem o mesmo caminho. ----------
Para finalizar, perguntamos se no próximo dia 17 de maio em que se celebra o Dia Internacional Contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, se vão hastear a bandeira arco-íris, como fizeram no ano passado?" (início: após 35 minutos; fim: após 40 minutos) ----------
De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador José Calhoa Morais, que iniciou por dizer, relativamente à intervenção do Senhor Carlos Neves, que a única interferência que teve nesse processo foi, a pedido do Senhor José Pascoal, indicar a quem pertenciam os terrenos naquela zona. As compras dos mesmos foram feitas legalmente pelas empresas do Senhor José Pascoal, desconhecendo que se tenha apropriado indevidamente de qualquer parcela de terreno, tendo inclusive até pago mais do que é normal para adquirir os terrenos em causa. Acrescentou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte não é nem foi o engenheiro responsável pela obra,

acrescentando que os caminhos referidos são serventias particulares, indicando de seguida os nomes dos respetivos proprietários. Acrescentou que o pedido de licenciamento para a estrada que pretendem abrir existe e já deu entrada nos serviços camarários e que existe a alternativa de saída pela serventia junto à casa da falecida Doutora, assinalando que o Senhor José Pascoal está no Concelho há vinte anos e sempre cumpriu com as obrigações legais e fiscais. Terminou referindo que o Senhor Carlos Neves comprou a sua habitação junto a uma empresa de camionagem e sempre lá viveu e apesar de ter sofrido com tal situação nunca a tinha expressado, talvez por ser empregado da mesma, mas que em relação ao Senhor José Pascoal não teria certamente razão de queixa. (início: após 41 minutos; fim: após 45 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que vincou que das três obras a decorrer em Santa Luzia, como tinha afirmado anteriormente, só uma tinha processo a decorrer junto dos serviços camarários, segundo informação dos mesmos, e de uma empresa imobiliária e que da conversa com o Senhor José Pascoal o mesmo transmitiu que tinha passado essa responsabilidade aos técnicos que estavam a desenvolver o projeto. Continuou dizendo, sobre o plano municipal de apoio à família, que esse trabalho está ser feito pelos serviços, já preparando algumas alterações a regulamentos existentes, com a preocupação de estar próximo de todos e tendo em conta as transferências de competências da área social, com atendimento em todas as Freguesias do Concelho, incluindo também Ventosa do Bairro e Antes, de modo a dar uma resposta mais célere. Sobre a publicidade em alguns meios de comunicação, surgem da necessidade de dar publicidade a alguns eventos e outras situações até obrigatórias de publicitar, e resulta de concurso que foi aberto para o efeito. Sobre as acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, e no caso do Centro de Saúde de Mealhada, tal não é responsabilidade da Câmara Municipal, apesar de já se ter alertado a ARS sobre o problema, acrescentando que nessa questão já esta ser trabalhada resposta nos parques infantis, assim como junto do Tribunal de Mealhada, do Edifício da Câmara Municipal de Mealhada e da passagem inferior da linha férrea e ainda da EB N.º 2 de Mealhada, mas que tal não se concretiza de um dia para o outro. Quanto aos mercados semanais das feiras, é algo que está a ser feito, uns com maior e outros com menor intensidade, mas tendo alguns exemplos, como na Pampilhosa, onde tem sido feito um trabalho excelente, em conjunto e pela respetiva Junta de Freguesia, com atividades semanais e mais animação, assim como em Vacariça com vários mercados e atividades ou no Luso, quer no verão quer no Natal, sendo o objetivo que ocorram eventos todos os fins-de-semana, espalhados por todas as freguesias do Concelho. Quanto à falta de verbas para as visitas de estudo, esclareceu que o Decreto-Lei 21/2019, de 30 janeiro, alterou muito desta matéria e que também o contrato inter-administrativo que o Município tinha com a administração central, o qual acarretava um conjunto de competências, cessou em 31 de dezembro de 2022. Continuou vincando que alertou o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Mealhada e não só, que esta alteração iria

afetar muitos aspetos, especialmente a nível de competências, que ficariam sob a esfera do Diretor de Agrupamento e que teriam de ter capacidade financeira para um bom funcionamento, sendo que mesmo assim o Município transferiu verbas para o Agrupamento de Escolas para questões que não são da sua competência, assim como também disponibiliza um técnico de informática sem ter essa obrigação. Sobre os apoios às visitas de estudo referiu que a Câmara Municipal apoia pessoas com necessidades económicas, tal como definido em regulamento, mas também o ASE não é responsabilidade da Câmara Municipal, tal como consta em ofício remetido pela Dgest, assinalando que apesar das dificuldades de gestão que o Agrupamento de Escolas atravessa, o mesmo nunca foi abandonado e será apoiado em qualquer contestação que surja a estas drásticas mudanças. Continuou referindo que a Câmara Municipal efetuou uma transferência de dinheiro, como que um adiantamento, para o Agrupamento de Escolas de cerca de 14 mil euros do primeiro trimestre, sendo que até ao momento apenas foram justificados cerca de 5 mil euros dessa verba, e portanto a escola têm dinheiro, vincando que as ajudas de custo com pessoal docente não são de responsabilidade Municipal, como o eram no contrato inter-administrativo que existia, mas sim do Ministério da Educação. Acrescentou que se a escola têm falta de dinheiro, tal deve-se à forma como a transferência de competências e verbas foi feito, e que, ao contrário de outros Municípios, a Câmara Municipal de Mealhada não abandonou o Agrupamento de Escola. Terminou afirmando que, no próximo dia 17 de maio, a bandeira LGBT será hasteada. (início: após 45 minutos; fim: após 1 hora e 11 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente colocou a votação a introdução de dois pontos na Ordem de Trabalhos, nomeadamente, *Desafetação e Subsequente afetação de áreas ao Domínio Público Municipal – MAXIVIDRO – Transformadores e Distribuição de Vidro S.A.* e *Reconhecimento de Interesse Público para Uso de uma área de 5000m² em Solos Abrangidos pelo regime da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional*, cuja documentação foi rececionada após o envio da Convocatória e remetida logo que possível aos membros da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade a introdução dos mesmos na Ordem de Trabalhos, a serem tratados, respetivamente, como pontos nº 14 e n.º 15. (inicio: após 1 hora e 11 minutos; fim: após 1 hora e 13 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Alexandre Rebelo, Carlos Pimenta, João Louceiro, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, João Pereira, Pedro Semedo, André Melo e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário Gaspar. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por dizer que como pampilhosense discorda da afirmação de que a Pampilhosa se

assemelha a uma cidade e que pelo contrário apresenta um estado pré-paliativo e se parece com uma aldeia. Continuou sublinhando que a revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada foi conduzida por um grupo de trabalho representativo desse mesmo orgão, num espirito colaborativo, de empenho e permanente obtenção de consenso, como resulta das alterações propostas na missiva da Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, as quais foram remetidas com a devida antecedência para reflexão dos Senhores Deputados Municipais e mereceram acolhimento e anuência por todos os elementos do referido grupo de trabalho. Seguiu dizendo que o Senhor Deputado Municipal João Pereira, membro do aludido grupo de trabalho em representação do Grupo Mais e Melhor, numa das reuniões de trabalhos sugeriu a introdução da participação do Público no início do debate dos pontos da ordem do dia, sendo à data levantada dúvida acerca da legalidade de tal intenção, pois já existia previsão legal para essa mesma intervenção em momento adequado, não consubstanciando essa intenção uma forma de democracia participativa mas sim uma forma de populismo que deturpa o funcionamento da democracia, e que poderia eventualmente impedir o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal, e em consequência, foi sugerido para alcançar a almejada democracia participativa que, por um lado se introduzisse a previsão da possibilidade do Público intervir no final do período da ordem do dia, à semelhança do que se verifica noutros regimentos e por outro que eventualmente ocorre-se uma descentralização das sessões deste órgão, por exemplo, com a natural aproximação aos próprios munícipes, através da realização de sessões nas diversas freguesias do município, acrescentando que tais propostas não foram consensuais e, por conseguinte, abandonadas. Seguiu acrescentando que foi solicitado parecer jurídico para aferir da legalidade da previsão pretendida, tendo sido emitido parecer pelos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal de Mealhada no qual é referido que o público só pode intervir no momento e pelo tempo previamente definidos para o efeito, sendo que pronúncia da CCDR-Centro corrobora o parecer e é dito que o público é considerado mero espetador não lhe cabendo qualquer papel ativo para além da possibilidade de intervir e obter esclarecimentos nos períodos destinados para esse efeito. Portanto e pelo exposto, a proposta apresentada na sessão anterior pelo Senhor Deputado Municipal André Melo, além de não ter permitido a devida reflexão pelos Senhores Deputados Municipais e ter desrespeitado o árduo e moroso trabalho da Comissão de Revisão do Regimento, viola claramente a Lei, acrescentando que como tal, o Partido Socialista se demarca desta deliberação que considera violadora da Lei, não pretendendo populismos mas sim democracia participativa que pode ser assegurada de outros modos, sendo que o papel dos Senhores Deputados Municipais deve manter-se incólume, devendo ser-lhes permitido defender os interesses dos munícipes eleitores no espaço que lhes está especificamente reservado, sem interferências nos termos e com respeito pela Lei, instando ainda para que seja reposta a conformidade e retirada a introdução da participação do público em cada um dos pontos da ordem do dia, como deliberado na sessão anterior. (inicio: após 1

hora e 14 minutos; fim: após 1 hora e 25 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por referir que existia no Concelho um problema educacional e cultural, mas pensa que o mesmo será ultrapassado e estão a ser efetuados esforços nesse sentido, que é o de um particular que queira construir a sua moradia ter de o fazer tempestivamente, de acordo com a licença para tal, pedindo autorização ao município fazendo um processo de solicitação de obras devidamente capeado e não podendo invocar eventualmente valores da família para o poder promover antecipadamente, e portanto, nesta lógica, não fará sentido uma entidade empresarial, por muito boa que seja para o Concelho, invocar valores económicos para tornear ou passar à frente de eventuais processos de licenciamento, tratando-se tal uma questão de equidade e de justiça, acrescentando um pedido de especial atenção para estas situações. Terminou solicitando à Mesa que os pontos acrescentados à ordem do dia fossem, dada a sua importância, escrutinados logo após a votação das atas. (inicio: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 29 minutos) ----------
3) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que iria abordar a questão do novo Regimento da Assembleia Municipal e da proposta de acrescento apresentada ao artigo 39.º do mesmo, efetuada de forma inopinada e imprevista, e que arrasta a sua discussão para a presente Sessão, deixando clara a contestação à inclusão da disposição no Regimento, a qual permite por decisão da Mesa intervenções de não eleitos neste órgão durante o período da ordem do dia, acrescentando que não acompanha o populismo desta ideia. Seguiu dizendo que a Lei já dispõe da existência de um período de intervenção do público, que ocorre, e bem no caso da Mealhada, no início das sessões, sendo noutros Municípios remetida calculadamente para o fim das sessões, porventura para evitar questões incómodas. Acrescentou que existem competências próprias e de responsabilização dos eleitos na discussão e tratamento dos assuntos da ordem do dia, e que distinguem estas sessões e o funcionamento deste órgão de uma assembleia popular, e que existem vias para o envolvimento e participação dos cidadãos na construção de argumentos para a formação das decisões da Assembleia Municipal, como seja a participação nas listas autárquicas ou o contacto dos eleitos com os cidadãos. Reafirmou que se trata de uma iniciativa populista e sob o controlo da Mesa, que fica com um poder de definir onde e quando é que intervêm elementos não eleitos na Assembleia, acrescentando que a promessa eleitoral não se sobrepõe à Lei, instando de seguida a que seja reponderada esta decisão pois a maioria que a aprovou não faz a Lei. Assinalou de seguida que esta discussão ocorreu igualmente, e consumiu bastante tempo, no grupo de trabalho designado para a revisão do Regimento, e foi sustentada em parecer jurídico da Divisão Jurídica da Câmara Municipal de Mealhada, o qual referia também parecer da CCDR-Centro, e supunha portanto que tal assunto estivesse encerrado, pedindo ainda clarificação da posição do eleito João Pereira, que fez o pedido do mencionado parecer e presidia também o citado grupo de trabalho. Continuou dizendo que os argumentos aduzidos para justificar a apresentação da proposta são frouxos mas a

obstinação em apresentar a mesma vingou, ignorando olimpicamente o dito parecer da Divisão Jurídica, que refere que a intervenção do público só pode ocorrer no período designado para o efeito, no momento e tempo previamente definidos, citando ainda o parecer da CCDR-Centro que dizia que o público é considerado mero espectador, ou seja, é tido como aquele que passivamente presencia o decurso da reunião, e que das Leis aplicáveis não se prevê, direta ou indiretamente, outra forma de participação do público que não o de observador e testemunha, não lhe cabendo qualquer papel ativo outro que seja, para além da possibilidade de intervir e obter esclarecimentos nos períodos destinados para o efeito, assinalando depois todas as outras vias que os grupos municipais entendam desenvolver para estimular a participação, que foram já referidos. Terminou afirmando que o PCP contesta a aludida alteração introduzida ao Regimento, intervindo para repor a legalidade e pugnando pelo bom funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente evitando sobressaltos, conflitos e até intromissões ilegítimas e manipulações que poderão surgir a partir desta norma, dando nota ainda para que se cumpra o artigo 40.º do Regimento, que fala do uso da palavra pelos membros da Mesa da Assembleia. (inicio: após 1 hora e 29 minutos; fim: após 1 hora e 42 minutos) --------

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por assinalar, em relação à intervenção do público, nomeadamente da Senhora Marta Neves pelo Bloco de Esquerda, que consultando o Portal BASE - Contratos Públicos Online não encontrou só informação relativa à publicidade no *Bairrada Informação* ou no *Diário de Coimbra,* elencando de seguida os gastos com diversas obras, mormente, com 27 mesas para equipar parques do Concelho; com iluminação LED para o Campo de Carqueijo e campo ténis de Luso (23 mil euros) e com saneamento e alcatroar estrada em Santa Luzia (45 mil euros), referindo depois a promessa do anterior executivo de gastar 6 milhões de euros em obras no Concelho, com 3 milhões para a Pampilhosa, mas nada se fez. Prosseguiu enumerando os gastos já efetuados: pavimentações diversas - 120 mil euros; arranjo de semáforos em Pampilhosa e Vimieira – 30 mil euros; alcatroamento de duas ruas no Carqueijo – 20 mil euros; aumento de verba em 21% para IPSS no âmbito de refeições escolares - há muito prometido e só agora concretizado; arranjo do Tribunal de Mealhada – caixa de alumínio e cobertura; já em concurso o arranjo de passeios no Concelho no valor de 150 mil euros; intervenção nos pavilhões de Barcouço e Casal Comba – 20 mil e 10 mil euros, respetivamente; Feira de Barcouço – 220 mil euros; devolução do IRS por parte do Município aos munícipes; obras de saneamento em Carqueijo e Barcouço – 200 mil euros; camião do lixo – 160 mil euros; camião Porta-a-Porta – 107 mil euros; compra de viaturas – 50 mil euros; o que tudo somado resulta em cerca de 1 milhão de euros, que apesar de pequenas obras fazem muita diferença para a população. Terminou dizendo que se pretende mais e melhor e se está a fazer mais e melhor, sendo o mandato de 4 anos. (inicio: após 1 hora e 42 minutos; fim: após 1 hora e 46 minutos) ----------

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por manifestar satisfação pelo trabalho do colega Senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, referindo que gostava de também ter herdado um Mercado para a sua Freguesia. Questionou de seguida acerca da abertura do Mercado Municipal, perguntando também sobre o planeamento das obras para a Freguesia de Vacariça. Mencionou depois as obras da Linha da Beira Alta, referindo situações preocupantes em relação às passagens hídricas ao longo da Freguesia de Vacariça e pedindo cuidado e atenção para tal, alertando também para a perigosidade da cedência de terreno na estrada da Quinta de Valongo. Solicitou de seguida atenção para as tampas de saneamento que estão a ficar enterradas no alcatrão, embora entendendo que os custos deverão ser repartidos, referindo depois que fica satisfeito pelo gasto de 120 mil euros em alcatroamentos mas é preciso mais, e mais passeios e mais valetas, situações que são prementes na Freguesia de Vacariça. Terminou questionando qual o valor gasto na Festival 231 Fest. (inicio: após 1 hora e 47 minutos; fim: após 1 hora e 55 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que, em relação ao Mercado Municipal, foi concluído o ramal de energia, estando em fase de ensaio e em preparação o processo de lançamento de concurso, ressalvando o fato da obra não estar totalmente recebida. Em relação ao edifício do Jardim, é uma das prioridades para lançar concurso do projeto, estando já a reunir para aferir de alguns projetos para o efeito. Quanto à Linha da Beira Alta, e segundo informações transmitidas, a IP já foi contatada sobre esta problemática e foi transmitido que o projeto sofreu alguns ajustes mas sem alterações de fundo. Sobre a cedência de terreno na estrada da Quinta do Valongo, reportou que já foi comunicada a responsabilidade camarária e está já em agenda a resolução do problema, mas existe também um problema da responsabilidade das Águas da Beira Litoral, aos quais foi dado conhecimento, e que caso não assumam irá ser feito pelo Município mas depois os encargos serão apresentados. Quanto às tampas de saneamento irá avisar os Serviços para verificarem a situação antes que ocorram acidentes, acrescentando que existem vários pontos na Vacariça a necessitar de intervenção e referindo que vai ser lançado concurso para a estrada 235 Luso - Penacova e suporte de muro. Finalizou informando que o orçamento do festival 231 Fest, rondou os 50/60 mil euros, de modo a envolver os jovens em atividades culturais e ambientais, fazendo-os crescer e desenhar este projetos na Mealhada, dinamizando também a economia local. (inicio: após 1 hora e 55 minutos; fim: após 2 horas e 02 minutos) ----------
6) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por responder à intervenção do munícipe Senhor Carlos Neves, dizendo que o Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço é uma coisa e o Engenheiro João Cidra é outra, confirmando ser o engenheiro responsável pela obra no que diz respeito ao procedimento de licenciamento do edificado já construído, o qual está licenciado e tem licença de utilização. Referiu que são três procedimentos em curso, tendo dado os mesmos entrada no Município por sua mão - um deles de licenciamento e dois de obras de comunicação de início de trabalhos isentas de procedimento - e que caso seja necessário alguma correção os Serviços

comunicarão, assinalando que não nota diferença entre esta obra que decorre e uma outra semelhante e com movimentos de terras, que aconteceu no Luso. Prosseguiu referindo que a listagem de e-mails sem resposta do Município chegou - eram cerca de 16 - sendo que a resposta aos mesmos chegou primeiro à Mesa da Assembleia de Freguesia de Barcouço do que à Junta de Freguesia, lamentando este desrespeito e falta de resposta em tempo útil. No seguimento da acusação de inércia na intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta na última sessão da Assembleia Municipal, afirmou não ceder a provocações ou tentativas de pressão, acrescentando que o citado Deputado Municipal não sabe nada da Freguesia de Barcouço, pois a Junta de Freguesia nunca deixou de ter em ação as suas competências, de acordo com as suas capacidades, desenvolvendo o melhor trabalho possível, qualificando tal intervenção de "*dor de cotovelo*" pelo facto de, mesmo sem orçamento aprovado, a Junta de Freguesia conseguir manter a sua ação na Freguesia de Barcouço, e que a culpa desta falta de orçamento era de quem o chumbou, nomeadamente o Mais e Melhor – Movimento Independente. Seguiu informando que a Junta de Freguesia de Barcouço já tem orçamento aprovado, com 2 votos contra e uma abstenção por parte do citado Movimento por, provavelmente, pretenderem a inoperância da Junta de Freguesia de Barcouço, reforçando que o Presidente da Junta de Freguesia e restante executivo nunca se intimidarão com tentativas de imposições por parte daqueles que pouco sabem sobre a Freguesia e sobre as suas necessidades, caso contrário, teriam apresentado propostas concretas e objetivas, pelo que continuarão a trabalhar em prol da população. Acrescentou que a Câmara Municipal não tem nenhum projeto em curso na Freguesia de Barcouço e que ocorreu redução das transferências municipais para a Junta de Freguesia que eram cerca de 30 mil euros e nas quais se incluíam 5 mil euros para manter vivas as tradições da Freguesia, tendo a Junta de Freguesia de abdicar de algumas ações para que a atividade cultural não morra, sendo esta redução de verbas preocupante e ela sim causadora de inércia e da inteira responsabilidade do Município que não está interessado em desenvolver a Freguesia de Barcouço, pois o orçamento municipal apenas lhe contemplou 1 euro para o ano de 2023. Vincou que o Concelho deve ser visto por igual em todas as Freguesias, sendo que Barcouço tem tudo para ser e já é uma referência no Concelho de Mealhada, dando nota que a Junta de Freguesia estará sempre ao lado de soluções e propostas sólidas que estejam dentro da sua competência e que possam ser consideradas no plano de atividades e dimensão do orçamento, não devendo ser alvo de comentários e criticas injustas. Finalizou congratulando pela obra em Santa Luzia de pavimentação de rua, que apesar de quase na totalidade na Freguesia de Casal Comba, também abarca um pouco de Barcouço, uma obra reclamada há muito tempo, dizendo ainda que o executado no pavilhão são obras de manutenção de património municipal e que a obra da Feira já vinha do executivo anterior. (inicio: após 2 horas e 03 minutos; fim: após 2 horas e 13 minutos) ----------

7) O Senhor Deputado Municipal João Pereira, no uso da palavra, iniciou por referir que não tem problema nenhum em assumir as suas posições, independentemente

de irem ou não contra o grupo municipal que integra, exprimindo livremente o seu pensamento, agora e sempre. Continuou por dizer, quanto ao Regimento, que foi um prazer trabalhar com cada um dos elementos que integrou o grupo de trabalho constituído para o efeito, participando do mesmo com espirito de lealdade e de respeito por tudo o que viesse a resultar das reuniões do mesmo. Quanto à questão da aprovação da integração de uma norma no Regimento na anterior sessão da Assembleia Municipal, vincou que não esteve presente por já ter agendado viagem para fora do país na mesma data e não por outro qualquer propósito, pois a votação e análise dessa questão já esteve na Ordem de Trabalhos numa sessão em que estava presente mas foi adiada para a sessão seguinte. Felizmente não pode estar presente pois ficaria numa situação constrangedora, devido ao aludido espírito de respeito e lealdade pelo que fosse decidido pelo grupo de trabalho para elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal, o qual definiu, apesar da sua discordância, pela não integração da dita norma no Regimento. Continuou, quanto à legalidade da norma, referindo que os pareceres pedidos não são vinculativos e que a norma não é restritiva de direitos dos cidadãos, antes pelo contrário, atribui ainda mais direitos. Terminou, assinalando que se o citado grupo de trabalho decidiu, na sua maioria, não integrar aquela norma do Regimento, iria respeitar e deveria ser respeitada essa decisão, contudo a integração da mesma foi aprovada em sede de Assembleia Municipal, circunstância da maioria vigente, e portanto tal tem de ser aceite, apesar de ser contra a posição que assumiu. (inicio: após 2 horas e 14 minutos; fim: após 2 horas e 18 minutos) ----------

8) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir como membro da comissão constituída para redigir novo Regimento da Assembleia Municipal, que a mesma funcionou muito bem, corroborando tudo o que foi dito nas intervenções anteriores sobre o trabalho desenvolvido, assim como com a argumentação das intervenções dos Senhores Deputados Municipais Alexandre Rebelo e João Louceiro. Seguiu assinalando que intervêm para reconhecer que cometeu um erro, nomeadamente por ter votado a favor da alteração proposta aquando da votação do novo Regimento, na última Sessão deste órgão, pedindo ainda desculpa aos restantes membros da citada comissão por tal facto, justificando que nessa sessão passada e após a sua intervenção sobre o assunto, ficou convencido que a proposta iria ser aprovada sem problemas de maior e por desconcentração momentânea aprovou algo que ia contra o discutido e decidido na referida comissão. Prosseguiu dizendo que a proposta não foi apresentada com completa boa-fé, que foi feita à socapa, e gostaria de conseguir corrigir o seu erro, nomeadamente através de votação de posição contra essa norma ou então que o assunto seja remetido novamente à referida comissão e na próxima sessão da Assembleia Municipal seja submetido novamente a votação, desculpando-se igualmente aos colegas de bancada pelo lapso. (início: após 02 horas e 19 minutos; fim: após 02 horas e 22 minutos) ----------

9) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por referir que tem assistido às Assembleias de Freguesia de Vacariça e tem acompanhado

que a Linha de Concordância tem sido um problema para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça e para a população da Freguesia e que se calhar tivesse sido mais discutida e com pais participação dos populares, não se tinha resolvido o problema, mas tinham-se evitado muitos problemas, e é nesse sentido que se pretende aumentar a participação popular e incluir a norma no Regimento. Continuou dizendo que não é jurista e portanto não opina se é ou não legal, sendo que pareceres não são vinculativos, e tal proposta surgiu no sentido de aumentar direitos das pessoas, não concordando que a mesma foi apresentada a socapa, tendo sido votada pela maioria. Terminou dizendo que se entenderem deliberar novamente sobre a questão e se for decidido retirar a norma, tal fica na consciência de cada um e será respeitada tal decisão assim como será respeitada caso a mesma seja considerada ilegal pelo Tribunal, sendo que a proposta foi apresentada tal como estava no programa eleitoral do Mais e Melhor – Movimento Independente e portanto estavam de consciência tranquila. Completou dizendo que a proposta foi discutida com várias pessoas, sendo que a comissão constituída para redigir novo Regimento da Assembleia Municipal teve a sua discussão e decidiram o que entenderam e que os Senhores Deputados Municipais, na autonomia, votaram como entenderam. (início: após 02 horas e 23 minutos; fim: após 02 horas e 25 minutos) ----------

10) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por dizer que intervinha para fazer defesa da honra no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte. Referiu que a defesa de honra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte acompanha a sua inércia porque estes foram factos reportados à última Assembleia Municipal e só agora teve tempo para a efetuar. Seguiu dizendo que quando invocou a palavra inércia não foi com ânimo leve e não foi em relação à figura da Junta de Freguesia de Barcouço, que muito respeita como instituição, mas especificamente à figura pessoal do Presidente de Junta, que teve 63 dias para marcar uma nova reunião. Seguiu por dizer, em relação ao investimento, que é isso que é importante para a Junta de Freguesia de Barcouço, que o Senhor Presidente de Junta acabou por se contradizer no discurso pois inicialmente a Junta de Freguesia só tinha 1 euro atribuído para investimento mas depois afinal reconheceu os vários investimentos que o Município teve oportunidade de realizar. (início: após 02 horas e 25 minutos; fim: após 02 horas e 26 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por esclarecer que a comunicação dos emails na Assembleia de Freguesia de Barcouço aconteceram porque o Senhor Presidente da Assembleia respetiva questionou sobre esses mesmos emails, lamentando que o Senhor Presidente da Junta de Barcouço João Cidra Duarte não o tenha contatado e que não faça como os outros Senhores Presidentes de Junta de Freguesia fazem, que é serem pró-ativos e que se existe um problema em Barcouço, ele também se chama João Cidra, que parece que não quer que o executivo municipal faça obra em Barcouço, pois contatou-o várias vezes para fornecer contactos para realizar um projeto e teve de pedir a outras pessoas tais dados ou quando se pretendem fazer

eventos responde de imediato que as associações não fazem e que não tem condições e no final a Câmara Municipal realiza os eventos e acabam por ser muito bons para a população, ou seja, tudo o que é pedido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço é muito complicado de conseguir. Continuou referindo que o Senhor Presidente da Junta de Barcouço disse que foi dado menos dinheiro à Freguesia de Barcouço quando na verdade houve um aumento de 18%; foi entregue a Feira de Barcouço à Junta de Freguesia de forma a terem uma fonte de receita, tendo alterado o projeto em conjunto; foram ainda realizadas as obras que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço referiu; em Santa Luzia tem agora a obra de saneamento que esperavam há anos e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço nada fez para que se concretizasse. Seguiu dizendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, aquando do mercado, dizia uma coisa aos técnicos da Câmara Municipal e logo a seguir mudava de opinião, dando a entender estar ao interesse de outras forças que não as da população da Freguesia de Barcouço, criando entraves a toda e qualquer situação que se pretenda iniciar ou resolver. Finalizou referindo que a Junta de Freguesia de Barcouço recebeu muito dinheiro de apoio para o COVID e provavelmente também não o gastou todo. (início: após 02 horas e 27 minutos; fim: após 02 horas e 31 minutos) ----------

11) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário Gaspar, no uso da palavra, iniciou por referir que é bom ouvir que a Pampilhosa parece uma cidade mas no entanto é uma cidade sem dinheiro, isto porque tem reclamações diárias da Caixa de Crédito Agrícola em que ou não tem papel ou não tem dinheiro ou então não há técnico da SIBS, pedindo a intervenção da Câmara Municipal nesta problemática pois não se consegue levantar dinheiro para comprar no comércio local. Seguiu dizendo que o multibanco das Bombas da Alves Bandeira passou para o interior da loja e quando a mesma fecha essa alternativa finda, restando o multibanco de Ponte de Viadores, que não tendo dinheiro só resta deslocação à Mealhada. Prosseguiu dizendo que teve o cuidado de contatar o gerente da Caixa de Crédito Agrícola pedindo uma intervenção no multibanco que está no antigo edifício da Caixa de Crédito Agrícola na Pampilhosa, tendo obtido como resposta de que estavam à espera do técnico para resolver a avaria e nada podiam fazer, sendo que quando confrontado com esta explicação tinha retorquido que tal era uma situação recorrente e que talvez fosse melhor todos os pampilhosenses retirarem dinheiro dessa instituição bancária, ao que lhe foi respondido pelo dito gerente que "*estavam à vontade para o fazer*". Finalizou afirmando que tais justificações não são admissíveis, pedindo intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para resolução do problema. (início: após 02 horas e 31 minutos; fim: após 02 horas e 34 minutos) ----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 9: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma referiu que o PCP votaria a favor da proposta de Ata em análise. Seguiu

dizendo que na sessão anterior pediu acertos no texto da proposta de Ata, motivo pela qual a mesma não foi submetida a votação e foi remetida para a presente sessão, de modo a que algumas afirmações reproduzidas não resultassem menos precisas, tendo verificado a introdução de tais sugestões. Contudo deixa nota que na discussão dos documentos previsionais, existem questões que passaram ao lado do texto, nomeadamente referências a propostas apresentadas pelo PCP no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição e relembradas na Sessão. Prosseguiu, rejeitando a insinuação do Senhor Presidente da Mesa face aos pedidos de alteração do projeto da Ata n.º 9, o qual quis considerar na altura que se pretendia introduzir conteúdos que não teriam sido abordados na Sessão, esperando que o mesmo tenha confirmado o lapso das suas afirmações com a audição da gravação da Sessão, não colocando em causa a seriedade com que o Senhor Presidente da Mesa procura exercer a suas funções mas afirmando que também ele é sério no exercício das suas, considerando no entanto o assunto ultrapassado. Finalizou questionando o porquê da Ata e respetiva gravação da Sessão de 28 de setembro ainda não estarem disponíveis na página do Município. (início: após 02 horas e 35 minutos; fim: após 02 horas e 38 minutos) ----------

Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 9, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: João Louzado, Ana Lousado, João Silva e Rosa Sousa não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 9. (início: após 02 horas e 39 minutos; fim: após 02 horas e 40 minutos) ----------

2) VOTAÇÃO DA ATA N.º 10: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por referir que na última Sessão solicitou que a Ata n.º 10 contemplasse a transcrição da intervenção do PCP acerca da reposição de freguesias, uma questão de indiscutível importância política, e que teria sido pedida por quem na altura representou o PCP, tendo recebido a informação de que na gravação da dita Sessão não consta audível o pedido de transcrição. Contudo, e convicto de que tal pedido de transcrição foi efetuado, embora não audível na gravação e descartando qualquer tipo de manipulação na mesma, e pela importância do assunto que o PCP tem acompanhado e coerência com que sempre abordam estas questões, efetua requerimento à Mesa que a intervenção do Senhor António Neves, efetuada na sessão a que reporta a Ata n.º 10, fosse anexada na Ata referente à presente sessão, o qual foi aceite e em consequência se transcreve: ----

"Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Mealhada – 15.12.2022 --------

PCP ----------

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal ----------

Em 27 de Janeiro de 2012, realizou-se no nosso concelho uma AM extraordinária, cujo objetivo seria a discussão do chamado "Documento Verde da Reforma da Administração Local", uma imposição da troika cuja finalidade seria acabar com a

maioria das freguesias e numa fase posterior, acabar, também, com muitos municípios. O ponto 3.4 do memorando da troika, já previa a aniquilação de freguesias e municípios do nosso país. ----------

Este "Documento Verde da Reforma da Administração Local", veio dar lugar à proposta de Lei 22/2011, que foi aprovada na Assembleia da República pela maioria PSD/CDS, tendo o ministro "doutor" Relavas à cabeça para organizar o maior ataque de que há memória, ao Poder Local Democrático, grande conquista do 25 de Abril de 1974, cuja direita sempre destilou algum ódio à data e aos seus valores, que tinha um significado imenso para as populações e para o povo português, e esta reforma seria o primeiro passo para esse objetivo, ou seja, aniquilar tudo aquilo que tinha sido conquistado com o 25 de Abril. ----------

Numa primeira fase falava-se que no concelho da Mealhada, a freguesia de Antes estaria na linha da frente para ser extinta, mas a chamada Unidade Técnica então criada pelo governo, foi ainda mais longe e a freguesia de Ventosa do Bairro, também seria contemplada com a extinção, conforme ficou claro com a Lei n. 11-A/2013, de 28 de Janeiro. ----------

É claro que as populações não cruzaram os braços e lutaram, levando a cabo ações e manifestações, quer na Mealhada, ou deslocando-se a Lisboa em protesto. O mesmo aconteceu por todo o país, para que a decisão de aniquilar mais de mil freguesias fosse revertida, mas em vão dado que, às imposições da troika, esse governo numa clara cegueira ideológica e de subserviência aos ditames da troika, chegou a dizer que queria ir ainda mais longe que a própria troika. ----------

Passados quase 11 anos, felizmente, hoje, estamos nesta mesma Assembleia a tentar reverter não todas, mas algumas das maldades no ataque ao Poder Local, que foram infligidas às populações. ----------

Lembrar ainda, que por cá, chegamos a ter um deputado desta casa que o era também na Assembleia da República, de uma incoerência atroz, dado que na AMM votava favoravelmente às moções, algumas apresentadas pelo PCP, contra a agregação/extinção de freguesias, enquanto na Assembleia da República votava a favor da proposta do governo do seu partido sobre esta matéria. ----------

Também nesta AM, havia vozes divergentes na altura, mesmo na maioria PS, dado que sempre que havia moções, e foram muitas, algumas delas apresentadas pelo PCP, contra a agregação/extinção das freguesias de Antes e Ventosa do Bairro, o presidente da então criada União de Freguesias, fazendo parte desta Assembleia por inerência de cargo, nunca as votava favoravelmente, refugiando-se na abstenção para tentar não perder a face em relação à maioria que era do seu partido. ----------

O PCP sempre esteve na linha da frente contra a extinção/aniquilação de freguesias, porque sabíamos à partida que quem iria sofrer as consequências seriam as populações, abandonadas à sua sorte, porque para elas o edifício da Junta de Freguesia era a sua referência, o símbolo do Estado, onde se podia dirigir para lhe resolverem os problemas do dia-a-dia, contactando quer o funcionário quer o presidente da junta. Pessoas próximas de si conhecidas e reconhecidas. ----------

No concelho da Mealhada, o PCP foi a única força partidária que realizou um debate

sobre este ataque ao Poder Local, na Junta de Freguesia de Antes, em que esteve presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na altura, agora presidente desta Assembleia. ----------

A Lei n.º 39/21 de 24 de Junho, ainda assim não veio reverter na totalidade todas as freguesias do país, como seria desejável dado os critérios apertados desta Lei, que deixa de fora muitas freguesias, principalmente as de baixa densidade populacional do interior do país, pondo em causa a tão falada coesão social. Populações, ainda assim, abandonadas, portanto. ----------

Maldito governo aquele que deixou um rasto de destruição no país: desemprego, baixos salários, roubo nas reformas e pensões, pobreza galopante, etc. ----------

Felizmente para todos nós que foi apeado em Outubro de 2015. ----------

Pelo PCP ----------

António Neves " (início: após 02 horas e 40 minutos; fim: após 02 horas e 42 minutos)

Posteriormente, e efetuada a introdução solicitada, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 10, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: André Melo, Vítor Gomes, Ana Lousado, Pedro Semedo e Nuno Veiga não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 10. (início: após 02 horas e 43 minutos; fim: após 02 horas e 45 minutos) ----------

3) VOTAÇÃO DA ATA N.º 11: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 11. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: Frederico Santos e João Pereira não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 11. (início: após 02 horas e 45 minuto; fim: após 02 horas e 46 minutos) ----------

4) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Sofia Lousado, João Louceiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Iola Baptista e Sofia Martins. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, no uso da palavra, iniciou por sugerir uma melhoria na apresentação da informação escrita à Assembleia Municipal. Assegurar uma comunicação eficaz e transparente através da divulgação das suas atividades é um dos princípios consagrados na alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei 135/99, na sua redação atual, relativo às medidas de modernização administrativa, sendo que o que se verifica é o envio de documentos avulso, sem cumprimento de regras de normalização documental que facilitariam a sua interpretação e leitura consolidada, sendo que as regras gráficas relativas à

utilização da logomarca do Município também não são consideradas, regras essas que deveriam ser prioritárias numa lógica de modernização e gestão mais eficiente, devendo os relatórios de atividades cumprir o disposto artigo 40.º do citado Decreto-Lei, visto que a informação como é prestada pelos vários serviços não permite avaliar a sua eficiência, uma vez que não são identificados objetivos e os respetivos indicadores. Relativamente à informação prestada, no sector da educação, destaca as atividades que têm sido desenvolvidas, contudo considera que as informações devem ser um pouco mais pormenorizadas, nomeadamente o que resultou de diversas reuniões realizadas. Quanto à divisão de Desporto seria importante acrescentar à informação o público-alvo relativo às atividades desenvolvidas para avaliar o impacto e abrangência das mesmas dentro da nossa comunidade. Quanto à Ação Social assinalou o período inflacionário de subida de preços que se vive atualmente, com repercussão no dia-a-dia das famílias - tendo por isso o PS apresentado em sede de reunião de Câmara Municipal uma proposta de alargamento dos apoios socias e do apoio à natalidade – cenário patente na citada informação com aumento dos atendimentos sociais e pedidos de apoio, sendo necessário aprofundar esta resposta do Município para que ninguém fique para trás. Relativamente à informação prestada pela divisão de obras municipais, questionou relativamente à sala polivalente de Luso e que ajustes foram efetuados ao projeto; quanto ao regadio Luso-Vacariça-Mealhada perguntou quando chegarão efetivamente ao terreno; sobre a requalificação do pontão de Pampilhosa questionou se já existe resposta do I.P.; indagou sobre desenvolvimentos sobre o ramal ferroviário da Figueira da Foz; questionou sobre as causas do atraso do projeto do Centro de Recolha Animal; sobre o espaço coworking na Mealhada, região de Coimbra, perguntou de que se trata, qual o seu objetivo e onde se localizará; demonstrou preocupação acerca de 2 obras, nomeadamente, o Mercado Municipal de Mealhada e as Piscinas Municipais, questionando sobre previsão para abertura ao público, terminando por transmitir o lamento pelo facto de a Biblioteca não servir os jovens em época de exames, situação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que iria ser revista com a colocação no serviço de mais pessoas, questionando ainda o número de utilizadores e obras literárias adquiridas. (início: após 02 horas e 47 minutos; fim: após 02 horas e 54 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, disse que a obra da sala polivalente de Luso está parada porque existe a intenção de alterar a função e o projeto existente, não sendo viável por aqueles valores; quanto ao regadio Luso-Vacariça-Mealhada pretende-se integrar o projeto numa candidatura, faltando efetuar um levantamento dos proprietários das parcelas onde irá passar o regadio; sobre o pontão da Pampilhosa está a aguardar parecer do I.P; o ramal ferroviário é um projeto da CIM, que está ser muito discutido e que irá integrar na estratégia ferroviária que está ser desenvolvida e que tem os seus tempos; sobre o Centro de Recolha Animal, referiu que o projeto teve de ser refeito pois o que transitou do anterior mandato estava previsto para um local onde não era possível de executar e falta a parte da segurança contra incêndios

para avançar com o projeto; o espaço coworking será em Ventosa do Bairro, no espaço da juventude, que resulta de uma candidatura e cujo processo está ser desenvolvido; sobre as piscinas disse que existe o compromisso de terminar as obras em julho, realizar os testes em agosto e tentar abrir na época de setembro; na Biblioteca informou que foi efetuado um pedido de mobilidade de uma funcionária da Câmara de Coimbra mas que é um processo lento. (início: após 02 horas e 54 minutos; fim: após 02 horas e 58 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por questionar acerca das análises da qualidade da água da Fonte de S. João, questionando sobre os resultados das mesmas e respetiva divulgação e se foi considerada a proposta de inclusão da mesma na rede pública, o que poderia facilitar na vigilância da qualidade dessa mesma água, referindo depois que esta informação deveria constar do relatório da divisão da área de águas, questionando ainda sobre o enigma do desaparecimento da água que circulava nos canais que vão para o acesso ao Lago do Luso e que seria importante resolver. Prosseguiu perguntando sobre o ponto de situação da Unidade de Saúde Caminhos do Cértoma e da falta de pessoal, nomeadamente de médicos, questionando as perspetivas futuras que advém das garantias dadas pela ARS-Centro de abertura de concurso para suprir essa falha, mesmo sabendo que tal não é atribuição da Câmara Municipal mas que a mesma tem responsabilidade de acompanhar da situação, congratulando de seguida a alteração de trânsito efetuada que envolve a Rua Doutor Luís Navega, questão levantada e acompanhada pelo PCP. Perguntou depois sobre o suplemento de penosidade e insalubridade e que melhorias foram aprovadas em concreto, perguntando ainda sobre as referências a desconformidades que o Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou na última Sessão sobre parecer enviado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local relativamente a este assunto. Constatou de seguida o impasse relativamente ao Centro de Recolha Animal, perguntando ainda como está a situação da reabilitação das Garagens do Palace, tendo em conta a rescisão de contrato seguida de lançamento de concurso urgente para não perder o financiamento. Insistiu de seguida em questão não respondida na última Sessão, nomeadamente acerca do regulamento cedência de instalações e equipamentos municipais e se o mesmo tinha previsto, ou não, cedência gratuita de instalações e equipamentos municipais. Pediu de seguida apreciação acerca do facto de, dos mais de 15 milhões de euros orçados para despesas de capital, até 12 de Abril estavam previstos 9 milhões de euros, no entanto até à data da informação pouco mais de 900 mil euros foram pagos. Perguntou sobre informação plasmada no relatório do setor de turismo, nomeadamente, estações náuticas – CIM RC e de que se trata tal atividade, pedindo ainda explicações sobre a mudança de instalações da sala de apoio da Cruz Vermelha Portuguesa para a sala de apoio do Mercado Municipal de Pampilhosa e perguntando o porquê do Museu da Cruz Vermelha ocupar um espaço significativo no rés-do-chão do dito Mercado e quando e como lhes foi atribuído tal, elogiando de seguida a dinamização do Mercado de Trocas. Sobre a requalificação do pontão da

Pampilhosa constata ainda não existirem desenvolvimentos mas insiste em conhecer que diligências a Câmara Municipal tomou. Finalizou mencionando o património dendrelógico do Concelho, nomeadamente uma olaia localizada num terreno que circunda a Capela de Santana na Mealhada, com cerca de 200 anos e da qual é necessário zelar. (início: após 02 horas e 59 minutos; fim: após 03 horas e 07 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, e em relação à qualidade da água da Fonte de São João, referiu que reuniu com a senhora Delegada de Saúde e com o técnico responsável pelas análises, o qual irá fazer o acompanhamento da qualidade das águas de todas as fontes e chafarizes do Concelho de modo a dar garantias da qualidade da água, sendo que são também efetuadas análises regulares à qualidade da água da Fonte de São João, existindo também um projeto que irá garantir e evitar que a mesma seja contaminada. Sobre a água dos canais de Luso disse que a questão vai continuar a ser analisada, mas que alguém mudou o curso de água e estranha ninguém saber o que aconteceu. Confirmou a vinda de novo médico para a Unidade de Saúde Caminhos do Cértoma, acrescentando que ainda assim receia que não seja suficiente para suprir as necessidades. Acerca do suplemento de penosidade e insalubridade disse que o processo ainda não está concluído, estando ainda em avaliação alguns casos na questão da conformidade com a Lei, mas que entende ser um direito que assiste aos funcionários e quer dar essa resposta mas não se consegue chegar a todo o lado. Sobre o Cineteatro de Pampilhosa referiu que existe dinheiro disponível para terminar o projeto, estando o mesmo a ser alterado. Sobre as Garagens do Palace o contrato foi rescindido e pretendia-se lançar desde logo o concurso, contudo concluiu-se que foram efetuados trabalhos a mais do que estavam previstos e agora é necessário efetuar correções para não se perder a totalidade dos apoios. Seguiu dizendo, em relação à cedência de instalações e equipamentos municipais a custo zero, que são situações que teriam de ser analisadas, sendo que existem já muitas instalações cedidas a custo zero a associações, havendo sempre abertura para dar apoio às associações locais. Relativamente às estações náuticas, as mesmas representam possíveis candidaturas e projetos ligados à água e zonas de banhos. Aclarou de seguida que o mercado de trocas é uma associação que guardava os seus produtos no espaço da Cruz Vermelha e agora mudou esse armazenamento para outro espaço, sendo que sobre o Museu da Cruz Vermelha informou que o mesmo não ficará naquele espaço, mudando-se para o edifício onde se encontra a Associação Desportiva e Cultural dos Pescadores de Pampilhosa – a qual irá para a antiga sede da Junta de Freguesia de Pampilhosa – e o Espaço Cidadão será mudado, conjuntamente com a biblioteca, para o Mercado Municipal de Pampilhosa, criando um espaço multicultural gerido por uma associação, Município e Junta de Freguesia de Pampilhosa. Prosseguiu referindo que para além do Pontão de Pampilhosa existem outros processos a analisar com o I.P., mas que a burocracia é muita e se calhar a própria entidade também tem poucos técnicos, estando a ser envidados esforços

para que as situações avancem o mais rápido possível. Terminou dizendo que irá analisar junto dos serviços a questão da olaia centenária, acrescentando que a execução apresentada se deve à existência de muitas obras a decorrer, de autos que não vem a tempo ou empreiteiros que não tem mão-de-obra suficiente, mas que seguramente para o ano a execução seria maior. (início: após 03 horas e 07 minutos; fim: após 03 horas e 18 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por concordar com a primeira parte da intervenção da Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, na medida em que tem que existir algum critério na comunicação que vem para a Assembleia Municipal e que é feita com os munícipes, sendo que existe um Regulamento de normas desde 2019 que refere qual o aspeto gráfico que toda a comunicação do Município deve ter. A esse preceito questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal do porquê de a Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento Territorial não remeter informação à Assembleia Municipal. (início: após 03 horas e 19 minutos; fim: após 03 horas e 21 minutos) ----

4) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Exmo. Sr. Presidente* ----------

Em meu nome pessoal, porque enquanto mãe, encarregada de educação, vice presidente da APEEAEM, deputada desta Assembleia e munícipe deste concelho,

Preocupo-me e muito com a qualidade da Educação e do Ensino do nosso Concelho, ao contrário do que possa eventualmente parecer, e por aí se afirma que os pais não estão verdadeiramente preocupados com o atual estado desta situação, sim estão e estamos. ----------

Tudo fiz e farei dentro do meu alcance para que o presente das nossas crianças e jovens seja melhor que o passado, e que este presente seja suficientemente rico para criar homens e mulheres ricas, no saber ser e saber estar no nosso futuro e que os nossos filhos não sejam obrigados a sair de casa mais cedo que o previsto para conseguir usufruir de um ensino de qualidade, ensino esse que aliás tem direito segundo o previsto e estabelecido na nossa Constituição da República Portuguesa, como sabem. ----------

Posto isto, gostaria de saber em que ponto estão as divergências e incertezas existentes com o fim do contrato inter administrativo? As questões ainda não esclarecidas, cujo esclarecimento foi solicitado á DGAL e á Dgest, já se encontram esclarecidas? ----------

Antes disso gostaria também que aqui fosse esclarecido por que motivo, sendo o senhor Presidente um homem bem informado e tendo a certeza atempada da entrada em vigor do atual Decreto de Lei, por que motivo a autarquia não tomou medidas atempadas, de modo que o Agrupamento não se visse a braços com uma situação financeira bastante delicada nesta fase de transição? ----------

Para que se perceba: ----------

Foram algumas visitas de estudos canceladas porque como existiam pagamento em atraso a empresa de transportes não assegurou o transporte contratado. ----------

O Agrupamento não pode este ano participar no ECOMAT (olimpíadas portuguesas de matemática) - por falta de verbas para pagar a inscrição do mesmo – situação incoerente pois todos sabemos da importância da matemática na vida escolar de quase todas as áreas de formação e depois cortamos as pernas á queles que realmente gostam da disciplina. ----------
Neste momento, salvo alguma ocorrência de última hora, ainda não foram pagas as despesas de deslocação da Professora e alunas que foram representar o Agrupamento no Parlamento dos Jovens na sessão distrital no passado dia 27 de março. ----------
Entre outras pequenas, grandes questões como por exemplo garantir que temos software disponível para elaboração de horários e turmas no próximo ano letivo. ----
Senhor Presidente, apenas pedia um compromisso para com a Educação e todos os munícipes do nosso concelho, bem como a resposta às questões acima colocadas.
Depois uma segunda questão ainda ligada com a Educação, mais propriamente com a Escola EB 2 da Mealhada. ----------
Foram anunciadas obras para a mesma escola, foi aliás referenciada com prioritária.
Ao analisar o conjunto de informações enviadas, verificamos que no passado dia 15/03/2023 aconteceu uma reunião na mesma escola com o Sr. Diretor. ----------
E depois mais á frente concretamente na pág. 52. ----------
OE19F – SOMBREAMENTO DAS ÁREAS EXTERIORES DA EB2 DA MEALHADA
A questão é a seguinte – é possível perceber o que é concretamente isto? Na prática o que vamos ter de novo no terreno? E depois diga-nos é apenas um sombreamento que vamos ter como obra? Ou estou a precipitar-me e vamos ter um sombreamento e além disso as prometidas obras? E já sabemos no que vão consistir essas mesmas obras, vão responder a todos os pedidos fundados e já levados a reunião de camara no anterior executivo, ou vamos continuar a aguardar melhores dias? ----------
Mais uma vez afirmamos estamos preocupados e muito com o estado da educação no nosso concelho." (início: após 03 horas e 21 minutos; fim: após 03 horas e 25 minutos) ----------
4) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por questionar acerca da implementação de medidas de autoproteção nos edifícios municipais, reportando que pessoalmente tinha verificado que a central deteção de incêndios do jardim-de-infância do centro escolar de Mealhada está desligada e verifica-se uma inoperacionalidade das portas de segurança corta-fogo, assim como a central de incêndio do lado do primeiro ciclo que também não estava ligada, questionando se alguma vez o sistema efetivamente funcionou ou então o porquê de estar desligado. Continuou referindo que no Cineteatro Messias está um carretel obstruído por uma plataforma de palco e que impedem o acesso em caso de acidente e no pavilhão de Luso tem para-raios mas falta-lhe a prumada com ligação à terra. Perguntou depois, tendo em conta o encerramento do Portugal 2020, quais os projetos que a autarquia ainda tem a decorrer e que irão ser concluídos este ano e ainda, no âmbito do PRR e Portugal 2030, quais as candidaturas submetidas e em

que fase de apreciação estão e aquelas que estão ainda em fase de planeamento. (início: após 03 horas e 26 minutos; fim: após 03 horas e 28 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, afirmou que nunca disse que os pais não se preocupam com a educação e vincou que o executivo se preocupa com as escolas e com estas alterações que estão a ocorrer, não lhe podendo é ser imputada a culpa das mesmas mas sim ao governo. Reafirmou que pretende um ensino de qualidade e que quando esteve nas primeiras reuniões acerca desta matéria da transferência de competências foi chamando à atenção para a problemática de tais mudanças e ninguém levou muito a sério esse aviso, apesar de terem esperança que tal não fosse avante, pelo que deveria ter existido cautela e foi o que o Município fez, definindo o que era ou não competência municipal, tendo o Senhor Diretor do Agrupamento acompanhado toda a discussão que existiu. Voltou a afirmar que o Agrupamento tem dinheiro, e que desconhecia a situação das visitas de estudo canceladas por falta de pagamento, sendo que a nível de gestão vai ser mais difícil para o Agrupamento mas tal não é culpa do Município, que inclusive se disponibilizou para acompanhar qualquer reclamação que fosse efetuada, vincando que está ao lado da Escola, devendo todos lutar pelo e para o mesmo. Sobre as obras da EB2/3 disse que o projeto estava a ser feito, tenho ouvido o Senhor Diretor, o qual entregou uma listagem das necessidades, e o prazo de apresentação de candidatura será apresentado, esperando que o governo cumpra com o prometido de financiamento a 100% para uma obra que rondará os 4 milhões de euros e que inclui exterior e interior, pavilhão inclusive. Quanto ao sombreamento referiu que é um processo a decorrer, projeto do executivo anterior, em que já foi lançado concurso várias vezes e ninguém concorre, sendo que o atual é diferente e tem que ver com a parte exterior do edificado, clarificando que são dois processos distintos. Terminou dizendo que sobre a autoproteção nos edifícios, existe uma empresa que esta fazer essa análise e testes necessários mas está dentro dos prazos sendo este um processo contínuo e igualmente feito pelos funcionários camarários. (início: após 03 horas e 28 minutos; fim: após 03 horas e 38 minutos) ----------

5) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, que no uso da palavra, iniciou por referir que 5 dos 11 compromissos que a Câmara Municipal dá a conhecer na listagem apresentada, nos contratos de prestação de serviços aparecem 2 avenças para medicina veterinária, 1 para técnico superior de turismo e 2 para assistentes técnicos para o Centro de interpretação Ambiental, sendo conhecidas as dúvidas que o PCP tem colocado quanto ao recurso abusivo a este tipo de contratos para contornar a morosidade e a burocracia na contratação pública de trabalho a termo, assim como forma de mediar o acesso ao emprego público. Continuou dizendo que também são conhecidas as dúvidas que o PCP tem colocado quanto à legalidade deste expediente tão usado na difícil gestão autárquica de recursos humanos, e contratação de trabalhadores, solicitando portanto explicações acerca

de tais prestações de serviços e de modo que fique demonstrado não estar perante falsas prestações de serviços, e ter em conta nas explicações condições como a sujeição a horários, da submissão hierárquica, da utilização de recursos do empregador para a execução das tarefas ou outras condições que tem enunciado repetidas vezes, como próprias de situações de laboralidade e não de putativas prestações de serviços. (início: após 03 horas e 39 minutos; fim: após 03 horas e 41 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu e vincou que nenhuma das prestações de serviços tem de cumprir horários ou estão subordinadas a quem quer que seja e existem porque, ao nível dos veterinários é pelo protocolo com a DGAV e para controlo dos abates dos leitões no Concelho e eles é que gerem os seus horários e no caso do técnico superior de turismo e do assistente técnico, também não tem que cumprir horários, que tem serviços alocados e que tem de cumprir os objetivos. Seguiu referindo que para alguns destes serviços existem concursos a decorrer mas que demoram uma eternidade e com a quantidade de trabalho para fazer tem de recorrer a este sistema de modo a cumprir os objetivos. Informou ainda que vão surgir mais prestações de serviços na medida em que abriram concursos e ninguém concorreu, como por exemplo para jardineiro, mas para o qual surgiram agora interessados e certamente será feito contrato e posteriormente aberto novo concurso, não estando o Município a utilizar qualquer tipo de subterfúgios neste âmbito. (início: após 03 horas e 41 minutos; fim: após 03 horas e 45 minutos) --------

6) PROPOSTA N.º 24/2023 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS – ANÁLISE CONTRIBUTOS APRESENTADOS EM SEDE DE CONSULTA PÚBLICA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Pedro Semedo, João Louceiro, Carlos Pimenta e João Silva. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por dizer que, em geral, nem sempre as relações entre executivos autárquicos e organizações sem fins lucrativos são transparentes, sendo então este regulamento globalmente positivo, e por três motivos fundamentais: acolheu contributos da participação pública cidadã, em particular de entidades a quem o assunto diz respeito, e portanto reflete essa auscultação; permite previsibilidade, quer no que respeita às despesas para o Município quer no que concerne ao investimento das organizações; por fim, imprime transparência nos procedimentos. (início: após 03 horas e 47 minutos; fim: após 03 horas e 48 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por expressar alguma confusão, pois a proposta em análise diz que o projeto de regulamento foi aprovado por maioria na reunião de Câmara Municipal de 24 de outubro, mas pela Ata dessa mesma reunião refere que foi aprovado apenas uma alteração ao artigo 6.º do dito regulamento, incluindo uma proposta que pretende evitar a alienação de meios que são objeto dos apoios. Da apreciação dos

contributos dados pelas IPSS sobressai a discordância relativa a apreensões que foram manifestadas sobre eventuais prejuízos do princípio da igualdade entre entidades; sobressai a concordância com propostas de apoio à aquisição de viaturas por tipologia, reconhecendo-se que uma entidade pode precisar de apoio para uma viatura diferente de outra já apoiada; sobressai também a impossibilidade de apoio ao Centro de Santo Amaro por pertencer a IPSS com sede social fora do Concelho, o que não deve deixar de merecer ponderação. Seguiu dizendo que o ponto na Ordem do Dia não está claro, questionando o que se pretende: tomar conhecimento e analisar os contributos sugeridos na consulta pública ou aprovar alterações propostas aos artigos 6.º e 12.º e a introdução de um novo artigo que ficará como 7.º ou em alternativa aprovar um novo regulamento que difere do anterior por estas alterações ou ainda aprovar um regulamento que não existia. (início: após 03 horas e 49 minutos; fim: após 03 horas e 52 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que houve uma proposta apresentada e que foi aprovada na reunião de Câmara, seguiu depois para discussão pública, tendo nesse âmbito recebido contributos dos quais se acrescentaram no artigo sexto e portanto, em suma, trata-se de aprovar o Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Sem Fins Lucrativos, com a alteração proposta já incluída. (início: após 03 horas e 52 minutos; fim: após 03 horas e 54 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por referir que o Regulamento está disponível para ser votado pelos Senhores Deputados Municipais, do qual tiveram conhecimento atempadamente, pelo que deveria ser votado. (início: após 03 horas e 54 minutos; fim: após 03 horas e 54 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal João Silva, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*REGULAMENTO DAS IPSS* ----------

Ponto prévio ----------

As IPSS, enquanto elementos fundamentais da economia social, no concelho da Mealhada são o maior empregador do território e garantiram, durante décadas, serviços que o Estado e o Município não conseguiam ter, como a Componente de Apoio à Família, a alimentação das crianças nas escolas e os ATL. ----------

Algumas IPSS fizeram investimentos, em equipamentos e em pessoal, que tiveram que manter depois de, como disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, também há que ter em conta que opções municipais terem mudado as circunstâncias, como as cantinas escolares e as Atividades Extra Curriculares. – O critério para atribuição de apoios sempre foi o seguinte: Em candidaturas que as IPSS fizessem a fundos comunitários para construção ou requalificação de equipamentos, a Câmara Municipal da Mealhada financiava a totalidade do valor elegível que coubesse à instituição financiada. Ou seja, se os fundos apoiassem uma obra a 85%, a Câmara Municipal financiava os restantes 15% remanescentes. ------

Mais recentemente, especialmente despois de sair legislação sobre a utilização de

viaturas com determinada idade para transporte de crianças, a Camara Municipal estabeleceu como critério o apoio à aquisição de viaturas na proporção de 50% até um limite de 31 mil euros. ----------
Estes critérios estavam estabelecidos e sempre foi aceite pelas IPSS. ----------
O princípio da existência de um regulamento, em tese, não é errado. No entanto, coloca um problema concretó que é o das situações imprevisíveis. Ou seja, se por algum motivo houver uma necessidade urgente de uma situação imprevisível que não se consiga antecipar, a Câmara Municipal incapacitada de ajudar pelo facto de o regulamento não o prever e de, assim, contrariar o Regulamento que determina todas as únicas formas de apoio. Num mundo cheio de riscos e fragilidades como é o nosso, este aspeto é relevante. Por sugestão das IPSS foi incluída uma salvaguarda a este propósito, que foi aceite. Mas nada nos garante que algo que não consigamos prever ponha em causa a segurança dos utentes de uma IPSS por falta de algum apoio. ----------
Sobre esta Proposta de Regulamento em concreto ----------
Desde o inicio do processo houve por parte das IPSS a manifestação de lacunas, falhas e incongruências que o documento continha, bem como a opinião relativamente às questões mais importantes que o documento preconizava, no momento que atravessa o mundo, o país e o concelho. ----------
Na reunião da Câmara Municipal de 24 de outubro, o documento foi aprovado e iniciada a remessa para Consulta Pública. O Sr. Presidente remeteu-o a 11 de novembro de 2022 e o mesmo foi publicado em Dário da República em 5 de dezembro de 2022. Não mereceu, no entanto, publicação no sítio da internet da Câmara Municipal da Mealhada, contrariamente ao que aconteceu com procedimentos similares sobre outros regulamentos. ----------
No dia 17 de janeiro de 2023 – último dia do prazo – foram enviados para Câmara Municipal seis contributos no âmbito da Consulta Pública. Nesse mesmo fia, já depois da hora de expediente, o Senhor Presidente da Câmara enviou às IPSS, por email, pela primeira vez a proposta de regulamento que estava em discussão e, ainda, a indicação de que tinha alargado o prazo de discussão pública até ao dia 31 de janeiro de 2023. ----------
Ou seja, o Senhor Presidente da Câmara parece reconhecer que o procedimento não cumpriu as regras básicas de publicidade que a lei determina. ----------
No dia 20 de fevereiro de 2023, a Câmara Municipal da Mealhada apreciou a Proposta n.º 24/2023 através da qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal "analisa os contributos da discussão pública do Regulamento". No conteúdo da proposta o Senhor Presidente não anexa os seis contributos e nem os senhores vereadores nem os deputados municipais nunca os puderam ler. ----------
Relativamente ao conteúdo do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Sem Fins Lucrativos do Município da Mealhada, as IPSS consideram o seguinte: ----------
No que diz respeito aos apoios aos investimentos, especialmente os que são comparticipados por fundos comunitários, considera-se que o presente projeto de

regulamento pode por em causa o Princípio da Igualdade entre as instituições. ------
Durante décadas as Instituições Particulares de Solidariedade Social receberam apoios integrais, a cem por cento, do valor da diferença entre a despesas elegíveis das candidaturas e a comparticipação dos referidos fundos, por parte do Município da Mealhada. As entidades que fizeram investimentos com recurso a fundos comunitários beneficiaram do apoio integral e de uma comparticipação municipal que garantiu esse investimento para o bem comum da nossa comunidade. ----------
Não nos parece correto que a partir do momento as IPSS do território que têm candidaturas aprovadas ou projetos em carteira tenham um tratamento diferenciado e penalizador face às outras entretanto apoiadas integralmente. Com a agravante de que estas entidades, no momento em que fizeram a candidatura, declararam com carta de conforto da Câmara Municipal da Mealhada, de que iriam ser apoiadas pelo Município e agora isso não se verifica. Este facto põe em causa a própria candidatura e o aproveitamento de investimento para o território. ----------
Como também não nos parece correto, que outras entidades que têm a expectativa de realizar obras e investimentos e de recorrer, no futuro, a fundos comunitários, não tenham o mesmo tratamento que tiveram outras entidades em igualdade de circunstâncias. ----------
Outro ponto que nos merece atenção é o apoio municipal à aquisição de viaturas, na medida em que a mudança de regras por parte do Município inviabiliza a aquisição de viaturas para a maior parte das entidades. ----------
Para uma boa decisão sobre a proposta apresentada entendemos que os seis contributos enviados no âmbito da consulta pública deviam ser tornados públicos na íntegra. ----------
Por tudo o referido, votaremos contra esta proposta de regulamento e pedimos a transcrição em ata na íntegra da intervenção." (início: após 03 horas e 55 minutos; fim: após 04 horas e 02 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, afirmou que não tem conhecimento de nenhum apoio comparticipado a 100% que tenha ocorrido na Mealhada, acrescentando ainda que num dos contributos é alegada violação do princípio da igualdade entre entidades, ou seja, algumas associações iriam ficar prejudicadas, o que não se verifica pois recebem exatamente o que decorre do Regulamento e que o mesmo vai ao encontro do que se fazia no passado, em que as instituições realizavam angariações de fundos para garantir uma parte de financiamento, com a outra parte a ser suportada pelo Município. Sobre a questão de algum acontecimento urgente ou catástrofe acontecer, tal situação está acautelada no artigo 12.º, uma introdução pedida pelas IPSS e que como o restante documento, foi discutido com as instituições, havendo transparência em todo o processo. Assumiu uma falha, detetada na véspera de findar o prazo para receção de contributos, em que foi verificado que tal não estava publicitado no site do Município e portanto detetado o lapso prorrogou-se o prazo em 30 dias adicionais e enviado o documento para todas as instituições analisarem e contribuírem se assim entendessem. Terminou,

vincando novamente que tem a informação dos serviços de que nunca ocorreu financiamento apoiado a 100% e que a ter acontecido tal seria uma ilegalidade. (início: após 04 horas e 02 minutos; fim: após 04 horas e 08 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Sandra Isabel Baía Semedo, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo, e oito votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------
Os Senhores Deputados Municipais Maria João Rodrigues dos Santos, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo e Nuno Filipe dos Santos Veiga, não participaram na discussão e votação por exercerem funções em entidades abrangidas pelo Regulamento em análise, em conformidade com o disposto na alínea a), do número 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. - Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 09 minutos; fim: após 04 horas e 11 minutos) ----------
Ato contínuo, e não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade a continuação dos trabalhos. (início: após 04 horas e 11 minutos; fim: após 04 horas e 11 minutos) ----------
7) PROPOSTA N.º 30/2023 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO: ---
O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a competência das contraordenações do estacionamento público foi transferida para a alçada das câmaras municipais e propõe-se com a proposta delegar esta competência na CIM – RC, para que ocorra uma uniformização no tratamento das mesmas, aliviando de igual forma os serviços municipais desse trabalho. (início: após 04 horas e 12 minutos; fim: após 04 horas e 13 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por, assinalar que esta transferência de

competências inscreve-se na Lei n.º 50/2018, processo que o PCP tem contestado. Seguiu por dizer que, neste âmbito da transferência de competências e na área da educação, foram nesta Sessão que decorre efetuadas afirmações e criticas que confirmam os avisos deixados ao longo do tempo pelo PCP relativamente ao empurrar para cima das autarquias de problemas que depois não teriam correspondente suporte financeiro, tal como reconhecido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de que para cobrir o que esta a falhar do lado da administração educativa tem comprometido, no imediato, objetivos do Município. Terminou referindo que estes são argumentos que justificam a posição de discordância do PCP para com este processo de transferência de competências, não acompanhado também a progressiva importância que vem assumindo as Comunidades Intermunicipais, órgãos sem legitimidade democrática que por vezes se sobrepõe ao poder local, sendo que pela necessidade de pronúncia da Assembleia Municipal, o PCP iria abster-se. (início: após 04 horas e 13 minutos; fim: após 04 horas e 16 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, manifestou concordância com as palavras do Senhor Deputado Municipal João Louceiro, na medida em que estão a ser transferidas bastantes competências e trabalho mas que os apoios financeiros não acompanham. (início: após 04 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 16 minutos)

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta e João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 17 minutos) ----------

8) LEAL & ASSOCIADOS SROC, LDA – PARECER DO AUDITOR EXTERNO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2022: ----------

O Senhor presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Parecer do Auditor

Externo e Certificação Legal de Contas de 2022. (inicio 04 horas e 17 minutos; fim após: 04 horas e 17 minutos) ----------

9) PROPOSTA N.º 39/2023 – INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Frederico Santos, Sofia Martins, Carlos Pimenta e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga.

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por dizer que quanto aos documentos técnicos apresentados e sua elaboração nada tem a assinalar, contudo da leitura do capítulo da execução orçamental foi possível verificar que a taxa global de execução cifra-se em 90%, sendo que a receita corrente excedeu ligeiramente as expectativas, mas a receita de capital ficou-se por cerca de 50% do orçamentado. Do lado das despesas, classifica o cenário de desolador, com execução de apenas 66% do que tinha sido orçamentado; as despesas correntes foram executadas em cerca de 88%, mas as despesas de capital não foram além de 44,90% de execução; em suma, sendo este um orçamento da inteira responsabilidade do executivo e para quem tanto prometera, ficou muito aquém do expectável no que a execução de obra diz respeito. Solicitou de seguida esclarecimentos no que diz respeito aos rendimentos em contraprestação, nomeadamente uma verba de 12.500 euros, que está referida como estando ainda por receber, referente a um protocolo com o Turismo de Portugal, no âmbito do apoio ao Rally Legends Luso-Buçaco 2022, e se essa verba foi já transferida para o Rally Legends e o que está em falta é apenas receber o apoio do Turismo de Portugal, questionando ainda o porquê do evento Festival da Juventude ou 231 Fest não estar assinalado em nenhuma rubrica própria, e assim sendo, já que em 2023 ocorre o mesmo, pretende saber onde se enquadra essa despesa no orçamento. (início: após 04 horas e 18 minutos; fim: após 04 horas e 22 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, solicitou esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a questões da sua intervenção anterior, ao qual este informou que está ser dado cumprimento aos processos em que existe financiamento comunitário pendente, como sejam as Garagens do Palace ou um parque de estacionamento na Pampilhosa, assim como as zonas de sombreamento, existindo depois sob o PRR: a Casa dos Coutos, o CoWork, os Bairros Comerciais, a Mealhada Verde e a compostagem, sendo que no projeto Porta-a-Porta foram efetuadas alterações ao inicialmente previsto, tudo com o objetivo de cumprir os prazos estabelecidos. De seguida teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"O Município da Mealhada adotou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro). ----------

Este sistema que contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, mais eficiente e convergente com os sistemas que vêm sendo adotados a nível internacional. ----------

Se as demonstrações financeiras e orçamentais que constam na Prestação de Contas cumprem o disposto na lei, seria bem mais relevante que o documento incluísse a componente de relatório de gestão. Fica a sugestão. ----------
Por outro lado, pretendia informação sobre a implementação da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27 do SNC-AP, considerando que tem por objetivo apoiar os processos internos, obtendo informação analítica sobre centros de responsabilidade e atividades (conforme estrutura considerada útil e adequada), numa vertente interna, e dar informação sobre as atividades mais relevantes e bens e serviços produzidos, numa vertente externa. ----------
A Prestação de Contas apresentada é idêntica na sua estrutura ao que tem sido apresentado nos últimos anos neste município. É um documento puramente técnico. E podia ser mais que isso. Volto a referir o Relatório de Gestão teria aqui um papel relevante. ----------
Porque prestação de contas no âmbito autárquico é uma ferramenta indispensável para uma maior transparência e accountability das entidades do setor público. -------
Prestar contas sobre as despesas e receitas de forma que todos os munícipes compreendam como são e onde são utilizados os dinheiros públicos é um ato de nobre política. ----------
Além disso, a informação daí resultante é um importante aliado para a tomada de decisão e gestão pública pelos órgãos autárquicos e para a fiscalização posterior por parte desta assembleia municipal. ----------
Mas também não deveria ser um documento estático! ----------
A prestação de contas, em particular o relatório de gestão, permitiria de uma forma clara perceber o passado e mais relevante ainda, apontar o caminho a percorrer, conhecer a estratégia e o critério que irá orientar as escolhas do executivo e as respetivas condicionantes, designadamente investimentos, transferências de competências da administração central, apoios de fundos comunitários e outros aspetos. ----------
Falta dar esse passo! ----------
Assim, e no âmbito das autarquias, a prestação de contas é enquadrada como o processo político focalizado na procura da justificação e credibilidade das decisões tomadas pelas mesmas, relacionando esta premissa à capacidade de cada uma, em função dos recursos públicos gerados, percorrer um caminho, a fim de atingirem metas a longo prazo. ----------
Mas no nosso município sempre faltou a apresentação de uma prestação de contas que refletisse não apenas os números, não apenas a execução orçamental, mas principalmente que justificasse quais as escolhas no passado e no presente que condicionam a execução orçamental. ----------
Admito que com uma apresentação mais detalhada fosse mais simples explicar o motivo de termos uma taxa de execução de receita de cerca de 85% nos últimos 4 anos e de despesas de 65% (e despesas de capital de cerca de 45%)! ----------
Admito que com uma apresentação mais detalhada contribuiria e muito para a simplificação da explicação do motivo de termos, por exemplo, transferências

provenientes da União Europeia para projetos cofinanciados apenas no valor de cerca de 2 milhões de euros (2.011.704,00 euros) em 2022 (quando as despesas de capital foram de cerca de 6.5 milhões de euros). ----------
De 2.058.062.00 euros em 2021 (as despesas de capital foram de cerca de 8.6 milhões de euros). ----------
De 760 mil euros em 2020 (as despesas de capital foram de cerca de 5 milhões de euros). ----------
De 1490 mil euros em 2019 (as despesas de capital foram de cerca de 7.5 milhões de euros). ----------
Ou seja, uma taxa média de 22% de financiamento. ----------
Não foi aproveitada a possibilidade de recorrer a fundos comunitários para financiar investimentos relevantes para o concelho e foram condicionados novos investimentos. ----------
Este é o resumo e a conclusão. ----------
Admito ainda que, com uma apresentação mais detalhada fosse mais simples explicar o fundamento para a falta de investimento no município nos últimos anos, investimento com retorno para o município e para os seus munícipes, através de uma redução de despesas correntes (por exemplo produção fotovoltaica, alteração de iluminação ultrapassada para leds) ou com a geração de cobrança de receitas nos anos pós-projeto. ----------
O município cumpre integralmente o regime de endividamento municipal estipulado por lei. Concretamente o município apresenta em 2022 um limite de dívida total de 22.380.312,69 euros e apurou nesse mesmo ano um valor de 52.003,13 que contribuiu para a dívida bruta municipal. Tem um limite disponível de quase 5 milhões de euros para recurso a novos financiamentos externos. ----------
Admito que com uma apresentação mais detalhada fosse mais simples explicar o fundamento para a aquisição de terrenos e edifícios, a sua utilização pelos munícipes! ----------
O inventário apresenta património no valor de 66 milhões de euros. ----------
E por último, mas não menos importante, admito que com uma apresentação mais detalhada fosse mais simples perceber porque é que nos últimos anos a Mealhada não evoluiu, é um facto reconhecido por tanta e tanta gente, de todos os quadrantes e à luz dos de dentro e dos de fora, ----------
- não atrai investimento privado, ----------
- não existem espaços para novas empresas se instalarem, ----------
- existe uma redução da população (que não contraria a nacional, mas que é oposta a alguns concelhos próximos), ----------
- as nossas freguesias mais rurais estão desertificadas, ----------
- é mais difícil o acesso à saúde aos mais desfavorecidos, ----------
- existem menos alunos nas nossas escolas, ----------
- não existem habitações, ----------
- o espaço público não está cuidado como merecíamos e gostávamos. ----------

Não nos esqueçamos que estes números resultam de escolhas políticas, e que a AM enquanto órgão de fiscalização aprova contas, mas deve também e sobretudo aprovar uma estratégia para o município! ----------
Que todos possam contribuir para a evolução do nosso município, desde os munícipes, passando pelos funcionários do município os decisores nacionais mas também, e sobretudo, os autarcas do poder local!" (início: após 04 horas e 22 minutos; fim: após 04 horas e 31 minutos) ----------
3) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por dizer que apesar dos profetas da desgraça que se instalaram quando o Movimento Mais e Melhor venceu as eleições, decorrido um ano de completa execução orçamental os indicadores económicos apresentam melhorias: o resultado líquido que passou de, em 2021, menos (-) 295.000 euros para um resultado positivo, em 2022, de 581.000 euros; o indicador da liquidez, nomeadamente, no que diz respeito à gestão de tesouraria: em 2021 de 6.000.460 euros para, em 2022, com 7.000.517 euros, portanto, substancialmente robusto mesmo com as limitações existentes com o investimento já planificado e que não podia ser alterado; apresentou também, em termos de investimento liquido e no exercício de 2022, um valor de cerca de 2 milhões de euros. Em suma, constatou que existe atualmente em termos de contas uma posição mais robusta que em 2021, enaltecendo o rigor e brio demonstrado pelo executivo e que tendo em conta esta liquidez existente aguarda um maior investimento, que é o que os Munícipes pretendem e esperam. (início: após 04 horas e 32 minutos; fim: após 04 horas e 34 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que o Turismo de Portugal já transferiu o montante referido, sendo que o evento 231 Fest foi incluído em várias rubricas do orçamento. Considerou de seguida que a execução orçamental é baixa e assumiu o desejo do executivo de fazer mais, contudo a burocracia existente é uma dificuldade acrescida, vincando ainda que em mandatos anteriores a execução foi ainda mais baixa. Prosseguiu, referindo que concorda com o dito sobre o relatório de gestão e que o mesmo deveria constar, embora tal não seja obrigatório por Lei. (início: após 04 horas e 35 minutos; fim: após 04 horas e 38 minutos) ----------
4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por dizer que o Concelho de Mealhada é um dos poucos a nível nacional onde existe um rácio em que os depósitos nos bancos são menores que o crédito concedido, existindo no momento 270 milhões de euros depositados nos bancos de Mealhada, e portanto este cenário resultou no decréscimo de agências bancárias no Concelho, em 2021 haviam apenas 6 quando em 2008 eram 13. Seguiu questionando o porquê deste êxodo das entidades bancárias e pedindo uma reflexão sobre a questão. (início: após 04 horas e 38 minutos; fim: após 04 horas e 40 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, afirmou acompanhar o dito na última intervenção,

acrescentando que terá que se repensar essa problemática, que não é normal. (início: após 04 horas e 40 minutos; fim: após 04 horas e 41 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo, e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais: João Manuel Lima Louceiro e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 41 minutos; fim: após 04 horas e 41 minutos) ----------

10) PROPOSTA N.º 40/2023 – PROPOSTA DE ADESÃO À DESTINATURE – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE NATUREZA: ---------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Mealhada, em reunião realizada em 03 de abril de 2023, e que se transcreve: ----------
"*Considerando que:* ----------
1. A Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE iNature – turismo sustentável em áreas classificadas visa a valorização do produto Turismo de Natureza de forma transversal ao território das áreas classificadas da Região Centro, numa filosofia de agregação e cooperação necessária à afirmação da sua atratividade; ----------
2. A afirmação desse potencial convoca uma abordagem integrada onde se estruturam vertentes de animação, comunicação e marketing, inovação e estruturas de animação permanente, na convergência dos interesses comuns dos diversos agentes da região; ----------
3. O seu modelo de governação assenta num formato de consórcio que assegura uma gestão coletiva do seu Programa de Ação e uma abrangente representatividade institucional e territorial no foco temático da estratégia, na dinamização da prática de parceria e trabalho em rede sob princípios de co-responsabilização e liderança; -----
4. A liderança formal do consórcio iNature tem sido até ao presente momento assumido pela Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, e o Contrato de Reconhecimento Formal da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE iNature – turismo sustentável em áreas classificadas previa a criação de uma nova entidade

de âmbito territorial com foco estratégico exclusivo no turismo de natureza, para assumir a posição da Gardunha 21 em todas as atribuições transversais na coordenação da EEC iNature; ----------

5. A fim de dar resposta a essa necessidade foi criada a DestiNature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza, tendo a associação sido constituída por escritura pública celebrada no dia 2 de agosto de 2017, e cujos Estatutos constam de documento complementar à mesma (Anexo I); ----------

6. A relevância da EEC iNature para a valorização económica dos valores naturais e ambientais, da biodiversidade e da geodiversidade, numa abordagem que visa o desenvolvimento sustentável dos territórios das áreas classificadas da Região Centro; ----------

7. O território do Município de Mealhada integra diversos valores naturais e ambientais que representam um património singular com potencial de valorização económica, por via da dinamização de ações alinhadas com o foco temático do Turismo de Natureza, na Serra do Bussaco, um diferenciador ativo estratégico da região e do País; ----------

8. No alinhamento de práticas de desenvolvimento sustentável, e em linha com o enquadramento estratégico de desenvolvimento da atividade turística a nível nacional (ET2027), o produto Turismo de Natureza assume grande potencial de contributo para o desenvolvimento integrado do território da Região Centro, na criação de emprego e riqueza, na valorização e promoção dos recursos endógenos, por via da capacitação habilitada de uma filosofia de trabalho em rede; ----------

9. A participação do Município na DestiNature permitirá efetivar uma intervenção integrada sobre esses valores naturais locais, que integram a Serra do Bussaco e todo o vasto património natural do concelho; ----------

10. A atividade da DestiNature tem enquadramento nas atribuições do Município em matéria de património, tempos livres e desporto, ambiente e promoção do desenvolvimento, conforme alíneas e), f), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

11. À data da constituição da associação foram realizados os necessários estudos (Anexo II); ----------

12. Da adesão à DestiNature não decorrem encargos diretos e indiretos, imediatos ou futuros, para o Município, para além da contribuição anual de 900,00 € (novecentos euros), segundo o modelo de quotização aprovado (Anexo III); ----------

13. De acordo com o previsto nas disposições conjugadas da alínea n) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 1 do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a competência para aprovar a participação do Município nas entidades previstas no Capítulo V da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas quais se incluem as associações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. ----------

Propõe-se que: ----------

A Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, a aprovação da adesão do Município da Mealhada à ASSOCIAÇÃO DESTINATURE – AGÊNCIA

PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE NATUREZA, pessoa coletiva n.º 514464747, com sede no Edifício Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade, na Rua Conselheiro José Alves Monteiro, na cidade de Fundão. ----------
Os encargos inerentes a esta adesão têm enquadramento orçamental na dotação inscrita no Orçamento da Câmara Municipal de Mealhada, na rubrica 0102/04070137, com o número sequencial de compromisso 33967. ----------
A Vice-Presidente, ----------
Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro" ----------
O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Frederico Santos e André Melo. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por citar a natureza e os objetivos da Associação DestiNature e da proposta em análise, questionando quais as ligações estabelecidas com a Fundação Mata do Buçaco neste âmbito. Terminou dando conta que, até à data, ainda não ocorreu nenhuma transferência de verbas do Município para a dita Fundação, não deixando de assinalar também que o primeiro sócio da mencionada associação seja o anterior Presidente da Fundação Mata do Buçaco. (início: após 04 horas e 42 minutos; fim: após 04 horas e 44 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por dizer que o PS afirma que a Fundação Mata do Buçaco não tem e precisa de dinheiro e que o Município não transfere dinheiro e não ajuda a dita Fundação, o que considera alegações estranhas tendo em conta que em reunião com o Senhor Presidente da citada Fundação, o mesmo as desmentiu e afirmou que a Fundação é sustentável e não necessita desse dinheiro para gestão do dia-a-dia e que só precisa de apoios para projetos futuros, os quais devem ser comparticipados por todos os membros da administração da Fundação Mata do Buçaco. (início: após 04 horas e 44 minutos; fim: após 04 horas e 45 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, realçou que a adesão a DestiNature faz parte de uma estratégia de captação de fundos para a Mata Nacional do Buçaco. Assinalou de seguida que o Município tem previsto investimento de 1 milhão de euros para a Mata do Buçaco, nomeadamente com o projeto das Garagens do Palace, estando também a trabalhar paralelamente com o Turismo de Portugal para o REVIVE, apoiando ainda através de cedência de árvores a aludida Fundação, divulgando também a entidade nos meios de comunicação do Município. Terminou referindo que os Serviços Centrais já questionaram sobre algumas verbas que foram transferidas para a citada Fundação. (início: após 04 horas e 45 minutos; fim: após 04 horas e 48 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 48 minutos; fim: após 04 horas e 48 minutos) ----------

11) PROPOSTA N.º 41/2023 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA PARA O ANO DE 2023: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a mesma se deve à necessidade de reajustamentos de pessoal, e que existem reformas e é necessário substituir esses funcionários, assim como outras necessidades, também resultado da transferência de competências que vem ocorrendo e consequente acréscimo de trabalho. (início: após 04 horas e 48 minutos; fim: após 04 horas e 50 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 50 minutos; fim: após 04 horas e 51 minutos) ----------

12) PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO – MUNICÍPIO DE MEALHADA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se trata de um instrumento de gestão e que permite a implementação e operacionalização de uma forma transversal da igualdade de género em contexto empresarial, sendo as autarquias locais entidades importantes na desconstrução de estereótipos e na implementação de medidas concretas através da adoção de planos municipais para a igualdade não discriminação. O plano surge no âmbito dum processo conjunto com a CIM-Coimbra, para que não fosse desfasado dos outros Municípios que integram a entidade, e enquadra-se no pensamento da região nessa matéria. (início: após 04 horas e 51 minutos; fim: após 04 horas e 53 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, Cláudia Melo e Ana Mannarino. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por demonstrar estranheza no enfoque dado pela apresentação da proposta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao contexto empresarial, isto numa temática que é de toda a sociedade. Seguiu por dizer que o impulso para os Estados adotarem algumas medidas neste âmbito surgem, não poucas vezes, de vistosas orientações políticas e de propaganda da União Europeia, o que por si só não seria negativo, dependendo sempre dos problemas, das preocupações e do conteúdo das orientações, sendo que negativo é quando, a par de um rigor inflexível e atentatório da soberania dos Estados membros, se constata uma flexibilidade e contemporização com outras questões que parecem ser mais para constar dos documentos da União Europeia do que das políticas seguidas no seu espaço. Acrescentou que o rigor que existe em matérias de controlo económico e financeiro da vida dos países, com ameaças constantes sobre qualquer incumprimento, como os que são impostos para o défice das contas públicas, para a diminuição da dívida pública ou para o financiamento público de atividades económicas de inquestionável relevo interno dos países ditos periféricos, já não existe em assuntos como os tratados relativos à igualdade e à não discriminação, não poucas vezes também transformados mais em matéria de propaganda e menos em assuntos que são de verdadeiro desenvolvimento humano. Assinalou depois a inconsistência de dezenas de documentos da União Europeia em domínios como o da igualdade entre mulheres e homens, dificilmente compatíveis com as políticas liberais da União Europeia. Prosseguiu, afirmando que da análise cuidada ao relatório de diagnóstico 2022-2025, decorre informação importante para a análise do panorama do Concelho, onde constam por exemplo creches da rede pública, que deveriam existir para servir as crianças e famílias mas que não existem e que são diferentes de creches de cooperação com a segurança social, atualemte vigentes; é referido também no relatório o Centro da Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Anadia, situado em Casal de Comba, único equipamento de apoio no Concelho para pessoas adultas portadoras de deficiência, que remete de novo para a contradição com a exclusão de acesso a apoios e entidades sem fins lucrativos, cujo regulamento foi tratado em ponto anterior e que talvez devesse ser reapreciada; notar que o Concelho da Mealhada não possui estruturas nem respostas específicas de atendimento a vítimas de violência contra mulheres e de violência doméstica em geral; o relatório assinala também uma preocupante falta de formação na área da igualdade de género nos profissionais da educação e ensino. Referiu de seguida que não haverá igualdade salarial, social, de segurança, de independência, de respeito entre homens e mulheres, enquanto não houver uma mudança profunda na sociedade, iniciando-se nas orientações curriculares, projetos pedagógicos e formação profissional, isto acompanhado de progressos ao nível económico, valorização do trabalho e respeito pelos direitos laborais. Terminou afirmando que o

plano apresenta um conjunto de objetivos e medidas que não merecem, no geral, contestação, embora também não suscitem grande entusiasmo, também porque é sabido que nas questões das desigualdades, das discriminações e das violências que elas promovem, tudo o que de positivo possa ser feito deve ser feito mas a superação desses problemas está estruturalmente ligada à superação do modelo de sociedade, incluindo as suas dimensões económicas e políticas, tal como hoje existem. (início: após 04 horas e 54 minutos; fim: após 05 horas e 03 minutos) -------

2) A Senhora Deputada Municipal Cláudia Melo, no uso da palavra, iniciou por saudar a existência de um plano municipal para a igualdade e não discriminação e a reflexão que levou a que este pudesse existir. Considerou este plano como um ponto de partida para um caminho longo e não um fim em si mesmo, e que baseando-se em 4 eixos de futuro deveria também considerar outros que estão identificados no relatório de diagnóstico mas que não encontraram um desenvolvimento no Plano Municipal, designadamente, a discriminação em razão da origem social e étnica e a discriminação em relação da idade e da deficiência ou incapacidade. Sugeriu depois, como proposta de melhoria, a realização de ações de formação, a complementar aquelas que já estão planeadas, sendo também desejável que as metas a atingir - e que são identificadas no plano - reflitam o resultado que se pretendem obter com este plano, que começa por ser a mudança de comportamentos e que no futuro sejam mais concretas e com métricas que permitam medir os resultados efetivos das formações e das ações e não apenas verificar a sua realização. Recomendou também que estas atividades integrem a comunidade, estando identificadas entidades parceiras, sendo benéfico identificar outras já alavancadas na comunidade local, nomeadamente, as associações, as escolas, as associações empresariais e outras, de forma a que os resultados deste plano se possam alastrar à Comunidade, porque é isso que se pretende. (início: após 05 horas e 04 minutos; fim: após 05 horas e 07 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Ana Mannarino, no uso da palavra, iniciou por destacar a importância deste plano municipal para a igualdade e não discriminação, uma iniciativa que é fundamental para promover a inclusão e a justiça social no município. Em 2022, 109 municípios em Portugal já tinham implementado o plano, reconhecendo assim a necessidade de promover a igualdade e combater a discriminação em todas as suas formas, sendo por isso este um compromisso fundamental para garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário aos direitos e às oportunidades e que deve ser visto como uma estratégia para a promoção da justiça social e para o fortalecimento da democracia local, podendo assim identificar as desigualdades e as barreiras que afetam grupos mais vulneráveis e promover ações concretas para a sua superação, assumindo-se como uma ferramenta essencial para promover a participação cívica e inclusão de todas as pessoas na vida local. Seguiu por dizer que o plano foi elaborado de forma participativa e envolveu, conforme se pode verificar, a sociedade civil e instituições locais para garantir que seja efetivo e capaz de produzir mudanças reais, tornando-se fundamental que o plano municipal para a igualdade e a não discriminação seja

uma política pública, contínua e que seja revista e atualizada regularmente, pois a promoção da igualdade e a não discriminação é uma tarefa constante, que exige por isso um compromisso e ação permanente. Salientou na sua análise que faltam no plano ações para a inclusão migratória, questão cada vez mais presente no Concelho, terminando por reforçar a importância da implementação deste plano no município, para que seja possível construir uma sociedade mais justa, inclusiva e onde todas as pessoas tenham acesso igual aos direitos e às oportunidades. (início: após 05 horas e 07 minutos; fim: após 05 horas e 09 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que a rede pública de creches foi considerado pelas IPSS devido à parte de financiamento que é público. Sobre as vítimas de violência doméstica referiu que, infelizmente, já estão a ser recebidas vítimas de fora do Concelho e está ser desenvolvido um projeto para a Casa dos Coutos, para que exista um espaço com alguma dignidade para receber essas pessoas. Terminou por concordar que falta no relatório a questão da inclusão de migratória, cada vez mais presente e recebida no Concelho e que se deverá atentar também ao combate ao tráfico de seres humanos, sendo que não se pretende um plano estático e sim que ocorram atualizações ao mesmo sempre que possível, de modo a dar resposta às necessidades do dia-a-dia. (início: após 05 horas e 09 minutos; fim: após 05 horas e 11 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 12 minutos; fim: após 05 horas e 12 minutos) ----------

13) CPCJ – Relatório Anual de Atividade 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Alexandre Rebelo, João Louceiro e Pedro Semedo. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por manifestar o profundo agradecimento a toda a equipa que compõe a CPCJ e pelo trabalho desenvolvido, pois trata-se de um trabalho árduo e que só quem está no terreno sabe da dificuldade que é atender as pessoas e famílias. Elogiou de seguida o documento apresentado, onde é possível aferir das necessidades de intervenção e das problemáticas, nomeadamente, negligência e exposição a comportamentos que é elevadíssima, assim como dos escalões etários onde se verifica essa necessidade, dando nota que o gráfico de processos anuais abertos é constante mas ainda assim alto. Terminou, deixando a sugestão de no próximo relatório integrar ações que se entenderam desenvolver e os objetivos a atingir. (início: após 05 horas e 12 minutos; fim: após 05 horas e 16 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por saudar o importante trabalho realizado pela CPCJ – Mealhada. Referiu depois que, em anos passados, as suas intervenções procuram inteirar-se das condições e dificuldades

sentidas nessa relevante atividade, num interesse e acompanhamento por parte do PCP que no tempo de maioria do PS na Câmara Municipal chegou a ser mal visto e rejeitado, num comportamento político digno de censura. Seguiu mencionando que também na Assembleia da República, o PCP tem trabalhado com vista a melhorar a capacidade e o funcionamento das CPCJ, quer no sentido de enfrentar problemas que atingem crianças e jovens de forma que não se pode de todo aceitar, mas também outros como os que decorrem de normas laborais. Solicitou depois apreciação e esclarecimentos sobre o facto de uma das técnicas que na comissão restrita acompanha os processos estar a trabalhar a recibos verdes, o que causa estranheza porque não se alcança como é que este tipo de funções se compagina com a figura de prestação de serviços. (início: após 05 horas e 16 minutos; fim: após 05 horas e 19 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou referir, como membro da comissão alargada da CPCJ – Mealhada, que o trabalho realizado na entidade é uma aprendizagem contínua, sublinhando de seguida a precariedade da relação laboral de alguns dos técnicos da Comissão restrita, o que considera a grande fraqueza da CPCJ, pois a comissão alargada é constituída por um conjunto de cidadãos que desempenha tarefas muito ligeiras mas os membros da comissão restrita são "soldados" que vão para o terreno. Vincou que se trata de um problema local mas também nacional, e pela sua longa experiência verificou *in loco* esta precariedade de vínculo e as dificuldades criadas às pessoas para realizarem o seu trabalho, o qual merece a maior consideração. (início: após 05 horas e 20 minutos; fim: após 05 horas e 23 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, informou que existe uma pessoa a recibos verdes que dá apoio umas horas na CPCJ mas que trabalha igualmente noutro sítio, sendo este um processo que vêm do passado mas que é intenção analisar e resolver. Acrescentou que tudo tem de melhorar, também a nível de instalações, e que já está a ser trabalhado nesse sentido. (início: após 05 horas e 23 minutos; fim: após 05 horas e 25 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividade 2022 - CPCJ. (inicio 05 horas e 25 minutos; fim após: 05 horas e 25 minutos) ----------

14) DESAFETAÇÃO E SUBSEQUENTE AFETAÇÃO DE ÁREAS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – MAXIVIDRO – TRANSFORMADORES E DISTRIBUIÇAO DE VIDRO S.A.: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, acrescentando que recebeu em março uma carta, a si dirigida, na qual era solicitado por parte da empresa MAXIVIDRO a sua leitura em sessão da Assembleia Municipal, tendo decidido remeter a mesma a todos os membros da Assembleia Municipal porque a mesma não deve ser lida dado ser este um assunto da Câmara Municipal, a qual recebeu ofício análogo, e que deverá estar

integrado no respetivo processo camarário. (início: após 05 horas e 26 minutos; fim: após 05 horas e 27 minutos) ----------

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se trata de desafetação de domínio público de uma área de 836m^2 e afetação ao domínio público municipal de área de 361m^2. É um assunto que já esteve sob análise na última sessão da Assembleia Municipal e não mereceu aprovação devido a compromissos assumidos e não cumpridos por parte da empresa MAXIVIDRO em projeto anterior e semelhante, mas decidiu-se remeter novamente pois as razões justificativas posteriormente apresentadas, nomeadamente a não aprovação da Reserva Agrícola Nacional, foram acolhidas, acrescentando também que o Pedido de Informação Prévia (PIP) para o anterior projeto caducou. Vincou por fim que esta nova remessa à Assembleia Municipal não pretende de modo algum afrontar o órgão, isto pelas razões expostas. (início: após 05 horas e 27 minutos; fim: após 05 horas e 29 minutos) ----------

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que no ofício remetido aos membros da Assembleia Municipal é citado um Senhor Deputado Municipal, o que considerava incorreto pois o mesmo exprimiu a sua opinião e que tal posição foi maioritária e portanto entende que a crítica pode ser ampliada à Assembleia Municipal. É também dito que o projeto não foi autorizado pela Comissão da Reserva Agrícola mas no relatório recebido pelos Serviços da Câmara Municipal é referido que se desconhecem quaisquer diligências desenvolvidas pela MAXIVIDRO junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro assim como do estado do eventual processo, portanto não existe qualquer documento na Câmara Municipal que diga que o processo foi reprovado pela Comissão de Reserva Agrícola, só o afirmado pelo requerente. (início: após 05 horas e 29 minutos; fim: após 05 horas e 31 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma, iniciou por, no seguimento de ter sido nomeado por duas vezes no ofício endereçado à Assembleia Municipal, manifestar surpresa pela importância dada à sua pessoa, sendo que o seu voto vale tanto como o dos restantes 26 Deputados Municipais presentes na sessão, acrescentando que votará sempre de acordo com as suas convicções, consciência e com base em evidências documentais e portanto não irá alterar a decisão de voto tomada em sessão anterior porque não tem nenhuma prova documental da reprovação do processo por parte da Direção-Geral da Agricultura. Terminou vincando que faz o que pode e que o seu voto é um entre 27. (início: após 05 horas e 31 minutos; fim: após 05 horas e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que de facto não existe documento comprovativo da reprovação por parte da Direção-Geral da Agricultura mas o Pedido de Informação Prévia (PIP) caducou, ou seja, já não tem valor. (início: após 05 horas e 36minutos; fim: após 05 hora e 37 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e cinco votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Eduardo da Silva Pereira, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta e Mário José de Sousa Gaspar, e quatro abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Vítor Manuel Cerveira Gomes, João Manuel Lima Louceiro, Nuno Filipe dos Santos Veiga e Claudemiro Manuel Jesus Semedo. -------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 37 minutos; fim: após 05 horas e 40 minutos) ----------

15) RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA USO DE UMA ÁREA DE 5000M2 EM SOLOS ABRANGIDOS PELO REGIME DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESRVA AGRÍCOLA NACIONAL: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que tem que ver com a ampliação do parque de estacionamento no terreno nas traseiras do Pingo Doce e que o investidor necessita para criar 140 novos lugares de estacionamento. (início: após 05 horas e 41 minutos; fim: após 05 horas e 42 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por, referir que este pedido se destina à construção de um parque de estacionamento em zona de infiltração máxima, zonas essas que devido à natureza do solo, às formações geológicas existentes e às condições de morfologia do terreno apresentam condições especialmente favoráveis à infiltração de água contribuindo para a recarga de aquífero. O parque já existente está em zona do solo urbano, esgotando a área possível com esta classificação, o que por hipótese deveria ter sido ponderado de forma tempestiva, sendo que o requerente classifica a área em análise como não tendo qualquer pretensão agrícola, facto que não altera a sua natureza nem é anátema sobre o futuro de meio hectare de reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional. Segue por dizer que faz este enfoque mesmo que nos documentos se anuncie que os materiais a usar não impermeabilizam o solo e que existe a expectativa de criação de mais postos de trabalho, não deixando de lembrar que o grupo económico Jerónimo Martins, a que pertence o Pingo Doce, faturou mais de 1.800 milhões de euros de 2019 a 2022 e

600 milhões de euros no ano passado, ano em que a inflação pôs por um fio a vida de milhões de famílias em Portugal, com a guerra na Ucrânia a servir de novo argumento para convencer a grande maioria deserdada da desigualdade na distribuição da riqueza que aperta a garganta e o dia-a-dia de muitas famílias. Finalizou que o PCP não deve alinhar na pretensão de reconhecimento de interesse municipal e por isso votará contra. (início: após 05 horas e 43 minutos; fim: após 05 horas e 46 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, referiu achar que tal será uma mais-valia não só para aquele empreendimento mas também porque poderá apoiar os edifícios envolventes. Assinalou depois as garantias dadas quanto à impermeabilização do terreno e materiais usados para esse fim por parte da entidade requerente. (início: após 05 horas e 46 minutos; fim: após 05 horas e 47 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Rosa Maria Sousa, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo, um voto contra do Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais: João Eduardo da Silva Pereira, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 47 minutos; fim: após 05 horas e 49 minutos) ----------

Posteriormente foi usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa Carlos Cabral, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que as questões ambientais que todos estimam não tiveram valor no Concelho de Mealhada quando taparam um lago para se fazer uma ponte, para passar um comboio de vez em quando e poupar uns minutos, servindo esta temática ambiental apenas e muitas vezes para as pessoas se vangloriarem e não para de facto preservar os ecossistemas. (início: após 05 horas e 49 minutos; fim: após 05 horas e 50 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 02 horas e 28 minutos, do dia 28 de abril de 2023, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal,

que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 28 de abril de 2023. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------